

UNIVERSIDADE SAGRADO CORAÇÃO

NATALIE CAROLINE RAIMUNDO ALVES

**A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO CENÁRIO
INTERNACIONAL: UMA ANÁLISE DA PRIMAVERA
ÁRABE**

BAURU
2015

NATALIE CAROLINE RAIMUNDO ALVES

**A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO CENÁRIO
INTERNACIONAL: UMA ANÁLISE DA PRIMAVERA
ÁRABE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, sob orientação da Prof. Ma. Roberta Cava.

BAURU
2015

A474i	<p data-bbox="518 1473 965 1507">Alves, Natalie Caroline Raimundo</p> <p data-bbox="518 1547 1300 1644">A influência da mídia no cenário internacional: uma análise da Primavera Árabe / Natalie Caroline Raimundo Alves. -- 2015.</p> <p data-bbox="563 1650 616 1684">56f.</p> <p data-bbox="563 1722 1070 1756">Orientadora: Profa. Ma. Roberta Cava.</p> <p data-bbox="518 1794 1300 1890">Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade do Sagrado Coração - Bauru - SP.</p> <p data-bbox="518 1928 1300 2024">1. Primavera Árabe. 2. Mídia. 3. Relações Internacionais. 4. Política Internacional. I. Cava, Roberta. II. Título.</p>
-------	---

NATALIE CAROLINE RAIMUNDO ALVES

**A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO CENÁRIO INTERNACIONAL: UMA
ANÁLISE DA PRIMAVERA ÁRABE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas da Universidade Sagrado Coração como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais sob orientação da Prof. Ma. Roberta Cava.

Banca examinadora:

Prof. Ma. Roberta Cava
Universidade do Sagrado Coração

Prof. Ma. Beatriz Sabia Ferreira Alves
Universidade do Sagrado Coração

Prof. Ma. Mariana de Freitas Montebugnoli
Universidade do Sagrado Coração

Bauru, 03 de dezembro de 2015.

Dedico este trabalho aos meus pais e ao eterno amigo Kauê Vétère de Brito (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Prof. Ma. Roberta Cava, pela orientação e apoio durante a realização desse trabalho. Admiro muito o seu trabalho e sua paciência.

Aos meus pais, Luciana e Edson, por todo sacrifício para tornar esse sonho possível, pela educação e por despertarem em mim o desejo de sempre aprender.

Aos meus irmãos, pela irmandade e companheirismo.

Aos grandes amigos que encontrei durante a faculdade e criei profundos laços de amizade. Vocês tornaram tudo mais leve e divertido:

À Debora, pela amizade, companheirismo e aventuras que compartilhamos durante o curso.

À Julieth, pelos conselhos e por me ensinar a ter orgulho de quem somos.

Ao Kauê (in memoriam), pela breve e grande amizade. Jamais me esquecerei de você.

À Mariana, pela amizade, humildade e pelo seu enorme coração.

Aos professores que tive durante ao longo desses quatro anos no curso de Relações Internacionais. O aprendizado adquirido com cada um de vocês foi imprescindível para a minha formação.

Aos colegas de sala do curso de Relações Internacionais pela união e por me proporcionarem a oportunidade de aprender com pessoas tão distintas.

A todos os meus familiares por sempre acreditarem no meu potencial.

RESUMO

Os meios de comunicação no cenário internacional ultrapassam o seu papel básico de informar a sociedade e ganham cada vez mais espaço no cenário político internacional. A mídia é utilizada como instrumento para a propaganda política, difundindo ideias, culturas e valores que representam os interesses dos Estados ou de um grupo na sociedade internacional. Esse trabalho tem como objetivo central o estudo do papel da mídia, especificamente as mídias sociais, na Primavera Árabe – movimento que atingiu grande parte do Oriente Médio e Norte da África entre 2010 e 2011. Na primeira parte deste trabalho, será apresentada a teoria das Relações Internacionais que justificam o surgimento de novos agentes para a construção da realidade social. Na segunda parte, apresentar-se-ão os papéis multifuncionais que a mídia pode exercer como ator na política internacional e por último, buscará compreender os acontecimentos da Primavera Árabe. Desse modo, esse trabalho analisará a relevância das mídias sociais nos levantes árabes, assim como sua importância para a política internacional.

Palavras-chave: Primavera Árabe. Mídia. Relações Internacionais. Política Internacional.

ABSTRACT

The media on the international scene beyond its basic role of informing society and gain more and more space in the international political scene. The media is used as a tool for political propaganda, spreading ideas, cultures and values that represent the interests of States or a group in international society. This work has as main objective the study of the media's role, specifically social media in the Arab Spring - movement that reaches much of the Middle East and North Africa between 2010 and 2011. In the first part of this work, will be presented the theory of International Relations justifying the emergence of new agents for the construction of social reality. The second part will present the multifunctional roles that media can play as an actor in international politics and finally, seek to understand the events of the Arab Spring. Thus, this study will examine the relevance of social media in the Arab uprisings, as well as their importance in international politics.

Keywords: Arab Spring. Media. International Relations. International Politics.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	MÍDIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ABORDAGENS TEÓRICAS	10
2.1	TEORIA CONSTRUTIVISTA.....	10
3	A MÍDIA NA POLÍTICA INTERNACIONAL.....	16
3.1	O PAPEL DA MÍDIA NO CENÁRIO INTERNACIONAL	19
3.2	A INTERNET E AS MÍDIAS SOCIAIS COMO FERRAMENTAS DE EMPODERAMENTO POLÍTICO.....	22
4	A PRIMAVERA ÁRABE.....	27
4.1	EGITO.....	30
4.2	LÍBIA.....	34
4.3	TUNÍSIA.....	40
4.4	A IMPORTÂNCIA DOS MEIOS MUDIÁTICOS NO FENÔMENO DA PRIMAVERA ÁRABE.....	43
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
	REFERÊNCIAS.....	51

1 INTRODUÇÃO

A mídia¹ – plural da palavra *médium*, que em latim significa meio - é um importante meio para difusão das informações. Contudo, atualmente, o papel da mídia não é só o de difundir a informação, mas também participar ativamente do sistema internacional. No cenário internacional contemporâneo, nota-se que a fragmentação de poder e a multipolaridade são características marcantes e que contribuem para o surgimento de novos atores nas Relações Internacionais.

Os meios midiáticos tornaram-se atores importantes das Relações Internacionais e sua participação, atualmente, é fundamental para a dinâmica do sistema internacional, aumentando o seu grau de influência em comparação com os demais atores do cenário internacional. Devido à sua capacidade de transformação da realidade e formulação da opinião pública, a mídia é utilizada como instrumento para a propaganda política, difundindo ideias, culturas e valores, que representam os interesses dos Estados ou de um grupo na sociedade internacional.

A realidade na qual estamos inseridos é produto dos interesses e identidades construídas ao longo do tempo. Nesse sentido, a mídia exerce um papel essencial na construção e disseminação da realidade, pois ela influencia diretamente na estrutura da realidade social e política, muitas vezes atendendo à diversos interesses.

Esta monografia tem por objetivo geral analisar o papel da mídia, especificamente as mídias sociais, na Primavera Árabe – movimento que atingiu grande parte do Oriente Médio e Norte da África, e foi representado por uma onda maciça de manifestações e protestos reivindicando direitos políticos e civis – entre 2010 e 2011. A escolha da Primavera Árabe como objeto de estudo deve-se ao fato desse movimento evidenciar a transformação da realidade social alinhada às mídias sociais. Ao mesmo tempo, o trabalho propõe uma reflexão acerca da importância da mídia para disseminação de informações e instrumento de empoderamento político e da influência da mídia nas Relações Internacionais. Assim, traçar-se-á um cenário mostrando como a mídia foi essencial para o fenômeno da Primavera Árabe.

¹ Utilizaremos a definição de mídia como o complexo de meios de comunicação que envolve mensagem e recepção, por formas diversas, cuja manipulação dos elementos simbólicos é sua característica central (EAGLETON, 1991, p.35).

Nesse sentido, a partir da problematização apresentada, busca-se responder as seguintes questões: qual a importância da mídia no cenário internacional e o peso do mesmo cenário em si? Há uma influência direta dos meios midiáticos nas Relações Internacionais? Finalmente, de que forma a informação impacta na opinião pública a ponto de alterar a realidade política como ocorreu na Primavera Árabe?

Para uma melhor organização, este trabalho divide-se em três partes principais. Na primeira parte, analisaremos a teoria construtivista das Relações Internacionais, que não aborda diretamente o papel da mídia como ator emergente, mas fornece uma perspectiva da participação de outros atores na construção e alteração da realidade social na qual o sistema internacional está inserido. Na segunda, o objetivo é entender a dinâmica da mídia na política internacional e a sua influência sobre a política, portanto, serão discutidos seus variados papéis no cenário mundial. Também, analisaremos a função da mídia como formadora de opinião e a internet e as redes sociais, importantes para a difusão de ideias políticas e para a formação da opinião pública. A terceira parte buscará compreender a Primavera Árabe e analisará como este ocorreu e quais foram as motivações e desdobramentos, no Egito, Líbia e Tunísia. Por último, analisar-se-á a importância dos meios midiáticos na Primavera Árabe.

Com este trabalho, espera-se fomentar o debate sobre a importância dos meios midiáticos como ator emergente nas Relações Internacionais, mostrar o poder de manutenção da mídia e como a mídia pode alterar a realidade dos indivíduos por meio da formação de opinião pública no contexto das Relações Internacionais e da Primavera Árabe.

2 MÍDIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ABORDAGENS TEÓRICAS

Neste capítulo, buscaremos compreender e debater a teoria das Relações Internacionais que pode explicar a importância da mídia, a teoria construtivista, na tentativa de compreender o objeto de estudo. Tal compreensão faz-se fundamental, devido à abrangência e influência que a mídia possui, principalmente no que concerne ao fluxo de informações no cenário internacional, pois é por meio dos veículos de comunicação que as informações são difundidas e são capazes de impactar na política doméstica e externa dos Estados. Assim, a mídia surge como um ator emergente no cenário internacional.

2.1 TEORIA CONSTRUTIVISTA

O construtivismo foi amplamente desenvolvido como teoria das Relações Internacionais entre as décadas de 1980 e 1990. A teoria surgiu como alternativa a teorias positivistas, Neo-Realismo e Neoliberalismo, e as teorias pós-positivistas, Teoria Crítica e Pós-Modernismo². As publicações de Nicholas Onuf - *The world of our making: rules and the rule in social theory and international relations* - em 1989, e o artigo publicado por Alexander Wendt - *Anarchy is what states make of it*, em 1992, podem ser considerados as principais contribuições teóricas para o construtivismo³.

De acordo com Wendt, um dos principais teóricos do construtivismo e professor de Ciência Política na Universidade de Ohio, a visão construtivista baseia-se nas teorias internacionais clássicas de Grotius, Kant e Hegel, e foi brevemente dominante nas Relações Internacionais entre as duas guerras mundiais⁴. Porém, nessa época, a teoria não estava completamente definida.

A teoria construtivista afirma que vivemos em um mundo que permanentemente construímos, ou seja, não existe uma realidade absoluta, já que as escolhas humanas resultam na construção social, o que permite que o mundo esteja em constante mudança e transformação. Deste modo, o construtivismo

² SARFATI, Gilberto. **Teorias de relações internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2006, p.259.

³ NOGUEIRA, Joao Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. São Paulo: Elsevier - Campus, 2005, p.162.

⁴ WENDT, Alexandre. **Teoria Social da Política Internacional**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2014, p.19.

aborda questões mais gerais, e segundo Onuf – Ph. D em Relações Internacionais e reconhecido internacionalmente por introduzir a teoria construtivista, o construtivismo pode estudar qualquer campo das ciências sociais, inclusive as Relações Internacionais, visto que, para ele, as relações internacionais são nada mais que eventos sociais que obedecem a mesma lógica e as mesmas regras que os demais eventos⁵.

Wendt, o qual segue uma abordagem semelhante à de Onuf, porém mais autônoma, afirma que o construtivismo é um meio termo entre o realismo e o liberalismo, porque se interessa em entender como o mundo se relaciona na elaboração social da realidade. Além disso, Wendt não desconsidera o papel do Estado na construção social⁶.

Para Wendt, há dois princípios básicos do construtivismo

As estruturas da associação humana são determinadas sobretudo por ideias compartilhadas, e não apenas por forças materiais; As identidades e os interesses dos atores internacionais são construídos por essas ideias compartilhadas, e não dadas pela natureza⁷.

Com isso, nota-se que a teoria construtivista está muito mais relacionada à identidade e compartilhamento de ideias do que com a estrutura normativa dos Estados, pois estes são considerados mais independentes do sistema social no qual estão inseridos.

Assim, o construtivismo wendtiano é uma teoria estrutural baseada nas seguintes afirmações⁸:

1. Os Estados são a principal unidade de análise das relações internacionais;
2. As estruturas-chave do sistema de Estados são intersubjetivas, em vez de materiais;
3. Os interesses e as identidades dos Estados são construídos por essas estruturas sociais e não determinados pela natureza humana ou política doméstica.

Wendt afirma que a satisfação dos interesses dos Estados depende de como eles relacionam uns com os outros, a qual é uma função da identidade social. A identidade social é definida como o conjunto de significados que os atores atribuem

⁵ Onuf apud NOGUEIRA& MESSARI, 2005, p.172.

⁶ Wendt apud NOGUEIRA& MESSARI, 2005, p.176.

⁷ WENDT, Alexandre. **Teoria Social da Política Internacional**. Rio de Janeiro: Apicuri, 1996, p.17.

⁸ SARFATI, Gilberto. **Teorias de relações internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2006, p.260.

a si próprios, tomando em perspectiva os outros⁹. Deste modo, as identidades, tanto as nossas como as dos Estados, são socialmente construídas, porque a relação com o outro é que forma a minha percepção sobre mim mesmo.

Para Emanuel Adler, outro importante teórico construtivista e professor de Ciência Política na Universidade de Toronto, o objetivo principal do construtivismo é fornecer explicações tanto teóricas quanto empíricas sobre alterações e mudanças na estrutura social que estamos inseridos¹⁰. O teórico acredita que as identidades e os interesses dos atores internacionais são socialmente construídos, sendo esses compostos por significados, interpretações e pressupostos coletivos sobre o mundo¹¹.

Adler divide a teoria construtivista em quatro campos: modernistas, modernistas-linguistas, radicais e críticos¹². Essas categorias são caracterizadas, principalmente, por diferenças metodológicas. Os **construtivistas modernistas** desse campo procuram compreender os mecanismos sociais causais e constitutivos que participam das relações internacionais. O construtivismo dos **modernistas-linguistas** utiliza a lei e a jurisprudência internacional para “mostrar o impacto das relações internacionais nos modos de raciocínio e persuasão e no comportamento guiado por regras”¹³. Os **radicais** acreditam que a realidade não pode ser verdadeiramente representada e que não é possível imprimir diferentes valores às constatações. Os **construtivistas críticos** defendem que um melhor conhecimento sobre o qual se baseiam as ordens políticas e sociais pode levar à uma emancipação da sociedade internacional¹⁴.

Conforme apresentamos anteriormente, a teoria construtivista possui diversas vertentes e, nessa monografia, utiliza-se a abordagem dos construtivistas modernistas-linguistas, representados por Onuf e Friedrich Kratochwil - cientista

⁹ SARFATI, Gilberto. **Teorias de relações internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2006. p.261.

¹⁰ ADLER, Emmanuel. “**O construtivismo no estudo das relações internacionais**”. Lua Nova, n.47, p. 201 – 246, 1999, p.210.

¹¹ Idem., p. 209.

¹² ADLER, Emanuel. **Constructivism and International Relations**. in Carlnaes Walter, Thomas Risse and Beth A. Simmons (eds) Handbook of International Relations, Sage Publications: London, 2006.

¹³ ADLER, Emmanuel. “**O construtivismo no estudo das relações internacionais**”. Lua Nova, n.47, p. 201 – 246, 1999, p.223.

¹⁴ CAMARGO, Julia Faria. **Mídia e Relações Internacionais: lições da invasão do Iraque em 2003**. Curitiba: Juruá, 2009, p.22.

político alemão e teórico construtivista - pois essa abordagem destaca o poder do discurso¹⁵ na construção da realidade social, o qual a mídia exerce com êxito.

Dessa forma, vale destacar que

O construtivismo dos modernistas-linguistas, também conhecidos como “*rule-oriented constructivism*” resulta da combinação, entre uma hermenêutica subjetiva com também um interesse cognitivo “conservador” em explicar e entender a realidade internacional. Esses construtivistas defendem que a compreensão das relações internacionais só pode ser feita ao se considerar as normas e linguagens que constituem os fatos sociais. O interesse dos modernistas-linguistas é entender como as regras sociais são responsáveis pela constituição mútua e recíproca entre as pessoas e a sociedade¹⁶.

Para Adler, o construtivismo adota uma noção de causalidade social que toma as motivações como causas com base em normas e regras que tem origem em circunstâncias históricas e culturais. Para este autor, o senso de direito, obrigação e deveres que os atores políticos herdado das estruturas sociais dependem da linguagem que é orientada em direção à propósitos coletivos, sendo os discursos uma forma de mudança¹⁷.

Kratochwil (1995) e Onuf (1998) destacam que a interpretação das regras e normas que vigoram nos discursos é fundamental para a compreensão da realidade internacional. Kratochwil afirma que as normas são essenciais nos processos de tomada de decisão e essas representam a principal influência nas ações humanas. Assim, os processos de comunicação social e de intersubjetividade são centrais para a compreensão do processo por meio do qual as decisões e ações dos atores são analisadas. Além disso, para o autor, a intersubjetividade da linguagem e o partilhamento de discursos, significados e valores são premissas comuns à teoria construtivista¹⁸.

O teórico então propõe uma teoria da análise de tomada de decisão centrada na análise das regras que regem o discurso mediante o qual se tomam essas decisões. De acordo com Kratochwil, ao entendermos as regras que regem o discurso, podemos entender as regras que regem a própria realidade, já que “o

¹⁵ Para os construtivistas, o discurso não é apenas um instrumento para a ação política, mas sim a própria ação política (NOGUEIRA & MESSARI, 2005, p.169).

¹⁶ CAMARGO, Julia Faria. **Mídia e Relações Internacionais: lições da invasão do Iraque em 2003**. Curitiba: Juruá, 2009, p. 24.

¹⁷ ADLER, Emmanuel. **Constructivism and International Relations**. in Carlnaes Walter, Thomas Risse and Beth A. Simmons (eds) Handbook of International Relations, Sage Publications: London, 2006, p. 103.

¹⁸ Kratochwil apud NOGUEIRA & MESSARI, 2005, p.170.

mundo ao qual nos referimos é produto dos discursos que nos permitem nos referir a ele.”¹⁹.

Onuf destaca que as regras fazem os agentes da mesma forma que os agentes fazem as regras e, para o autor, as regras são distintas em três categorias: de instrução, de direção e de compromisso. As regras de instrução informam como as coisas são, determinam modos de organização e adaptação. As regras de direção envolvem os comandos e as ordens, dela provêm a obediência e aceitação das regras. As regras de compromisso são aquelas mediante as quais se propõe uma recompensa. Para o autor, as regras são necessárias, pois elas regem o discurso, conforme supramencionado, e conseqüentemente determina as ações dos agentes²⁰.

Então, para os construtivistas modernistas-linguistas²¹

A realidade do mundo social constrói e é construída por esses esforços em construir consensos, regras e identidades. Para uma análise da mídia por meio do prisma construtivista, pressupõe-se que a percepção que os agentes possuem do mundo político – e sua atuação sobre ele – somente pode ser interpretada ao se enfatizar o papel das ideias e dos valores nas relações internacionais²².

Contudo, é válido ressaltar que a teoria construtivista não explica diretamente o papel da mídia nas relações internacionais. Esse fato pode ser justificado pela ausência de pesquisas relacionadas à essa área e o fato da teoria construtivista ser uma das mais recentes das Relações Internacionais.

Com base nas ideias dos teóricos supramencionados, podemos concluir que a realidade a qual estamos inseridos, é produto dos interesses e identidades construídas ao longo do tempo. Nesse sentido, a mídia exerce um papel essencial na construção e disseminação da realidade, pois ela influencia diretamente na estrutura da realidade social e política, muitas vezes atendendo à diversos interesses.

Dessa forma, no que se refere ao tema dessa monografia, na Primavera Árabe a realidade socialmente construída por meio do discurso torna-se uma

¹⁹ Kratochwil apud NOGUEIRA& MESSARI, 2005, p.170.

²⁰ Onuf apud NOGUEIRA& MESSARI, 2005, p.173.

²¹ Os construtivistas modernistas-linguistas foram influenciados pela “virada linguística”, a qual centra-se na relação entre a linguagem e a realidade, e insere a análise do discurso, especificamente as regras e normas que organizam e influenciam o discurso, como objeto central na análise dos eventos sociais e das Relações Internacionais (GOMES, 2012, p.645).

²² CAMARGO, Julia Faria. **Mídia e Relações Internacionais: lições da invasão do Iraque em 2003**. Curitiba: Juruá, 2009, p.25.

reflexão possível, essencialmente no que concerne à articulação e difusão de novas normas constitutivas que criam novas identidades e interesses.

3 A MÍDIA NA POLÍTICA INTERNACIONAL

Nesse capítulo, buscaremos entender a dinâmica da mídia na política internacional e a sua influência sobre a política; portanto, serão discutidos seus variados papéis no cenário mundial. Além disso, analisaremos a função da mídia como formadora de opinião e a internet e as redes sociais, importantes para a difusão de ideias políticas e para a formação da opinião pública.

A importância da informação já era claramente apreciada em alguns círculos, principalmente políticos e científicos, no século XVII, mas foi ressaltada ainda mais na sociedade comercial e industrial do século XIX²³. No início do século XX, os meios de comunicação de massa começaram a ganhar espaço em âmbito político atingindo o seu ápice de poder entre 1961 e 1981, pois a mídia não apenas dividiu informação e entretenimento, como também traçou uma linha divisória entre partidos políticos de esquerda e direita²⁴.

Com isso, os Estados passaram a controlar esses meios, mesmo com o pleno alcance das rádios e do cinema:

Desde a sua origem, atrelada à propaganda política, até a utilização enquanto mecanismo de guerra psicológica entre Estados Unidos e União Soviética durante a Guerra Fria, as interações entre política e meios de comunicação de massa foram marcantes. Nas décadas finais do século passado, esse protagonismo midiático junto ao cenário internacional ganhou novo impulso mediante adoção de novas tecnologias da informação e comunicação, que passaram a permitir uma maior velocidade na circulação global das informações e na expansão das redes de comunicação²⁵.

O advento da tecnologia, assim como a convergência tecnológica entre telecomunicações, *mass media* e informática possibilitou que a mídia assumisse o papel central da engrenagem da globalização econômica e cultural²⁶.

Para o autor britânico Brian McNair, em seu livro “*An Introduction to Political Communication*”, os meios de comunicação têm cinco funções fundamentais na sociedade²⁷:

²³ BRIGGS, Asa & BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006, p.188.

²⁴ Idem., p.211.

²⁵ OLIVEIRA, Rafael Santos de. **A mídia como ator emergente das Relações Internacionais: seu protagonismo no uso do soft power frente aos desafios das mudanças climáticas**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010, p. 144.

²⁶ LIMA, Venício Artur. **Mídia: teoria e política**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2001, p.175.

²⁷ MCNAIR, Brian. **Politics, democracy and the media / The media as political actor**. An Introduction to Political Communication. 2 Ed, Editora Routledge. Nova York, 1999.

- Primeiro, informativa, ou seja, eles devem informar os cidadãos sobre o que está acontecendo ao seu redor;
- Segundo, eles devem educar quanto ao significado e importância dos "fatos";
- Em terceiro lugar, a mídia deve fornecer uma plataforma para o discurso político público, facilitando a formação da "opinião pública". Isto deve incluir a disponibilização de espaço para a expressão de discordância, sem a qual a noção de consenso democrático não teria sentido;
- A quarta função da mídia é o de dar espaço às vozes das instituições governamentais e políticas;
- Por último, os meios de comunicação servem como um canal para a defesa dos mais variados pontos de vista políticos.

Os meios de comunicação têm suas raízes na sociedade, e seu grau de interação com o processo político é muito indefinido, visto que depende do contexto, das estratégias dos atores políticos e de interações específicas entre uma série de aspectos sociais, culturais e políticos, aos quais estes serão empregados. Portanto, os meios de comunicação são utilizados como ferramentas políticas para atender à diversos interesses²⁸.

A esse respeito, de acordo com Luis Felipe Miguel, os meios de comunicação são tanto o principal canal de acesso dos cidadãos às informações de que precisam para agir na esfera pública quanto o principal instrumento dos líderes políticos para a divulgação de mensagens, projetos e temas para agenda pública, o que coloca a mídia na posição central na arena política das sociedades contemporâneas²⁹.

Os meios de comunicação também podem agir como atores políticos, pois a partir da transmissão de informações são capazes de intervir no cotidiano político, influenciar as decisões do governo ou incentivar o cidadão a uma certa direção. Por exemplo, a forma como os meios de comunicação noticiam um escândalo de corrupção influencia a imagem dos políticos envolvidos e influencia na percepção do caso pelos cidadãos³⁰.

Castells (2000) afirma que em virtude dos efeitos convergentes da crise dos sistemas políticos tradicionais e do grau de penetrabilidade bem maior dos novos

²⁸ CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra. 2000, p.368.

²⁹ MIGUEL, Luis F. **Um ponto cego nas teorias da democracia: os meios de comunicação**. BIB, Rio de Janeiro, n. 49, p. 51-77, Jan./Jun. 2000, p.62.

³⁰ FREITAS, Renata Suely de. **Identidade, imagem e ética na comunicação política**. Revista de C. Humanas, Viçosa, v. 9, n. 2, p. 177-190, jul./dez. 2009, p.179.

meios de comunicação, a comunicação e as informações políticas são capturadas essencialmente no espaço da mídia. Tudo que fica de fora do alcance da mídia assume a condição de marginalidade política. Desse modo, desde que os meios de comunicação mantenham relativa autonomia em relação ao poder político, os atores políticos acabam tendo de obedecer às regras e sujeitar-se aos recursos tecnológicos e interesses da mídia³¹.

Castells ainda destaca que a tecnologia está transformando o papel político da mídia, não só pelo efeito causado nos veículos de comunicação propriamente ditos, mas também pela integração do sistema da mídia em tempo real e com o marketing político³².

Seguindo tal raciocínio, Venício Lima apresenta sete teses sobre as funções e interações entre a mídia e política: 1) A mídia ocupa papel central nas sociedades, em particular na esfera política; 2) não há política nacional sem mídia; 3) a mídia está exercendo várias funções tradicionais dos partidos políticos³³; 4) a mídia alternou radicalmente as campanhas eleitorais; 5) a mídia se transformou, ela própria, em importante ator político; 6) as consequências históricas específicas do sistema de mídia no Brasil potencializaram o seu poder no processo político; 7) as características específicas da população brasileira potencializaram o poder da mídia no processo político, sobretudo no processo eleitoral³⁴. Portanto, através das funções apresentadas pelo autor, a centralidade da mídia na política é notável.

Com base nas informações expostas, podemos concluir que a mídia desempenha um papel essencial na política internacional, principalmente no que concerne à mediação no processo da informação e na velocidade de transmissão das informações com o advento da internet. A seguir, analisaremos o papel da mídia no cenário internacional, especificamente como a mídia atua como um ator na esfera global.

³¹ CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra. 2000, p.376.

³² Idem.

³³ Entre as funções da mídia nos partidos políticos, o autor aponta cinco funções principais: (a) definir a agenda dos temas relevantes para a discussão na esfera pública; (b) gerar e transmitir informações políticas; (c) fiscalizar a ação das administrações públicas; (d) exercer a crítica das políticas públicas; (e) canalizar as demandas da população junto ao governo (LIMA, 2001, p.191).

³⁴ LIMA, Venício Artur de. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

3.1 O PAPEL DA MÍDIA NO CENÁRIO INTERNACIONAL

Conforme analisamos na seção anterior, a mídia exerce um papel preponderante na política, que conseqüentemente impacta no cenário internacional. Com isso, a seguir, será realizada uma análise da influência da mídia no cenário internacional, principalmente, no que concerne à comunicação de massa e como a mídia atua no cenário internacional com seus diversos atores.

No século XIX, o fluxo internacional de informação e de comunicação assumiu uma forma muito mais extensiva e organizada por meio do desenvolvimento das novas agências internacionais, as quais estabeleceram o começo de um sistema global de processamento de comunicação e informação cada vez mais ramificado e complexo. Nessa época, também surgiu o termo comunicação de massa³⁵.

Mauro Wolf define que os meios de comunicação de massa constituem simultaneamente em um importante setor industrial, que promove uma experiência cotidiana individual, a qual está relacionada a um sistema de intervenção cultural e de agregação social³⁶. No entanto, Thompson considera que a expressão “comunicação de massa” é infeliz, pois não pode ser reduzido à questão de quantidade de indivíduos que recebe os produtos, “mas no fato de que estes produtos estão disponíveis em princípio para uma grande pluralidade de destinatários”³⁷.

A comunicação de massa acaba por introduzir a mídia como um importante ator no cenário internacional, visto que seu alcance é global e abrange uma pluralidade de indivíduos. Nesse sentido, é válido ressaltar que

É importante observar que a atuação da mídia no cenário internacional se diferencia do panorama dos demais atores. Enquanto estes últimos têm identidades mais ou menos constantes, interesses baseados em tradições e se comportam de uma forma segundo a qual é possível observar certa previsibilidade, por sua vez, a mídia pode ser considerada um ator de múltiplas faces, cujo semblante depende do contexto, do tipo de veículo e da própria direção do meio de comunicação. Assim, não é possível imprimir uma identidade fixa da mídia no cenário internacional³⁸.

³⁵ THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis., Vozes, 1998, p.75.

³⁶ Wolf apud LIMA, 2001, p.26.

³⁷ THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis., Vozes, 1998, p.30.

³⁸ CAMARGO, Julia Faria. **Mídia e Relações Internacionais: lições da invasão do Iraque em 2003**. Curitiba: Juruá, 2009, p.44.

Na comunicação de massa as mensagens são produzidas por um grupo de indivíduos e transmitidas para outros situados em circunstâncias espaciais e temporais muito diferentes das encontradas no contexto original de produção. Por isso os receptores das mensagens da mídia não são parceiros de um processo de intercâmbio comunicativo recíproco, mas participantes de um processo estruturado de transmissão simbólica³⁹.

A mídia surge então no cenário internacional como um quarto poder – considerando os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário – pois a comunicação manipula e se manipula, essencialmente por fazer parte das indústrias midiáticas capitalistas, as quais visam produzir informação para as massas em larga escala e instantaneamente. Contudo, para ter um poder de fato, a mídia deveria ditar normas comportamentais, impor sanções e, sobretudo, manipular indivíduos por meio de regras⁴⁰.

Eytan Gilboa em seu livro “*Global Communication and Foreign Policy*”⁴¹ cria uma taxonomia com quatro papéis que a mídia pode exercer no cenário internacional: controlador, constrangedor, interventor e instrumental.

O papel da mídia como **ator controlador**, conceituado a partir da teoria *CNN Effect*⁴², entende que a influência dos meios é tamanha que chegam a substituir os atores políticos tradicionais e se tornaram atores predominantes na formulação de políticas relacionadas à defesa e às crises humanitárias.

Como **ator constrangedor**, a mídia tem como marco teórico o conceito de *real-time policy*, o qual postula a influência da mídia na formulação de políticas externas. Portanto, a mídia influencia no processo de tomada de decisão e neste caso, sua principal função é constranger o líder político a tomar decisões e agir em curto prazo. Oliveira destaca que

Esse constrangimento significa que a cobertura da mídia pode perturbar a rotina política e, conseqüentemente, o processo decisório. Em face disso, o constrangimento midiático pode levar os líderes políticos a terem que reorganizar suas prioridades. Isso porque, segundo o autor, a comunicação global restringe o processo político, principalmente por meio da alta

³⁹ THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis., Vozes, 1998, p.31.

⁴⁰ CHARAUDEAU, Patrick. **O discurso da mídia: Para uma nova análise de Discurso**. In: CARNEIRO, Dias. (org). *O Discurso da Mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1996, p.230.

⁴¹ GILBOA, Eytan. *Global Communication and Foreign Policy*. Journal of Communication. Volume 2, número 4: Dezembro de 2002.

⁴² A teoria *CNN Effect* consiste na capacidade de a mídia influenciar a agenda política ao relatar problemas e com isso, conduzi-los para as questões prioritárias (OLIVEIRA, 2010, p.161).

velocidade de difusão e transmissão de informações. O ritmo intenso dos intercâmbios diplomáticos conduzidos pela televisão global altera o padrão de tomada de decisão, especialmente em situações de crise aguda⁴³.

Como **ator interventor**, a mídia desempenha a mediação a influentes jornalistas, que se tornariam parte desinteressada em negociações entre Estados e organizações, conseqüentemente, os jornalistas exercem a função de mediar acordos e resoluções dentro do contexto jornalístico. Por exemplo, quando determinados programas de televisão entrevistam representantes de países que estão em situação de conflito.

O último papel refere-se ao **ator instrumental**, que atribui à mídia o papel de arena internacional, instrumento pelo qual os demais atores internacionais recorrem para avançar em negociações complicadas e, por meio dele, mobilizar o apoio público para a obtenção de acordos. Dessa forma, “parte-se do pressuposto de que ao criarem um ambiente de evento, a utilização dos meios de comunicação pode auxiliar nas negociações. A mídia como um ator instrumental também está direcionada à conquista da opinião pública da sociedade internacional pelos governos”⁴⁴.

A pesquisadora Julia Camargo acrescenta o papel da mídia como um **ator conflituoso**, no qual há a possibilidade de a cobertura da mídia gerar situações conflituosas, como é o caso da divulgação de charges difamatórias do profeta Maomé pelo jornal Charlie Hebdo que desencadeou em um atentado ao jornal⁴⁵.

A mídia também é capaz de influir na definição da agenda política, como destaca Luis Felipe Miguel

A influência dos meios de comunicação também é particularmente sensível num momento crucial do jogo político, a definição de agenda. A pauta de questões relevantes, postas para a deliberação pública, é em grande parte condicionada pela visibilidade de cada questão nos meios de comunicação. Dito de outra maneira, a mídia possui a capacidade de formular as preocupações públicas. O impacto da definição de agenda pelos meios é perceptível não apenas no cidadão comum, que tende a entender como mais importantes as questões destacadas pelos meios de comunicação, mas também no comportamento de líderes políticos e de funcionários

⁴³ OLIVEIRA, Rafael Santos de. **A mídia como ator emergente das Relações Internacionais: seu protagonismo no uso do soft power frente aos desafios das mudanças climáticas**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010, p.173.

⁴⁴ CAMARGO, Julia Faria. **Mídia e Relações Internacionais: lições da invasão do Iraque em 2003**. Curitiba: Juruá, 2009, p. 45.

⁴⁵ Idem., p.43.

públicos, que se veem na obrigação de dar uma resposta àquelas questões⁴⁶.

Nesse sentido, a mídia surge como um importante ator nas relações internacionais, o qual desempenha um papel cada vez mais relevante no cenário internacional. Percebe-se ainda como os meios de comunicação e a mídia são importantes dentro das Ciências Sociais e das Relações Internacionais, vistos que esses meios contribuem para a construção e modificação da realidade social a qual estamos inseridos. Feita essa exposição, nota-se que a inserção da mídia nas teorias das Relações Internacionais é emergente, pois no meio acadêmico especializado há poucas pesquisas sobre o tema.

3.2 A INTERNET E AS MÍDIAS SOCIAIS⁴⁷ COMO FERRAMENTAS DE EMPODERAMENTO POLÍTICO

A internet é o meio de comunicação mais importante atualmente, não só no que concerne à comunicação global, mas também pelo fato de essa ferramenta ser a engrenagem da globalização. Além disso, a internet possibilitou o aumento da velocidade entre o emissor e o receptor, e conseqüentemente, alterou a comunicação. A discussão sobre a inserção das novas tecnologias nas questões políticas é recente, visto que nas primeiras décadas da internet, os políticos não exploravam os potenciais da rede.

A internet tem origem na Arpanet, uma rede de computadores criada pela *Advanced Research Projects Agency* (ARPA) em setembro de 1969. A ARPA foi formada no início dos anos 1960 pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, com o objetivo de mobilizar recursos de pesquisa e alcançar superioridade tecnológica militar em relação à União Soviética, no auge da Guerra Fria. No entanto, somente a partir dos anos 1990 que a internet começou a tomar as formas atuais graças a Tim Berners-Lee, com a criação da *World Wide Web*(WWW), para viabilizar o acesso à internet, o qual até então era extremamente técnico⁴⁸.

⁴⁶ MIGUEL, Luis F. **Um ponto cego nas teorias da democracia: os meios de comunicação**. BIB, Rio de Janeiro, n. 49, p. 51-77, Jan./Jun. 2000, p.170-171.

⁴⁷ Há pouco consenso sobre o conceito de mídia social. No entanto, utilizaremos a definição de Kaplan e Haenlein, na qual "mídia social é um grupo de aplicações baseadas na internet construídas sobre as fundamentações ideológicas e tecnológicas da Web 2.0 e que permite a criação e a troca de conteúdos gerados pelos usuários" (KAPLAN & HAENLEIN, 2010, p.61).

⁴⁸ CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2003, p.13.

Seja para comunicação pessoal, corporativa ou entretenimento, a internet surgiu como um meio de comunicação e seu protagonismo não pode ser ignorado, especialmente, no que concerne ao impacto da rede na economia global e na mudança profunda na comunicação, pois esses setores sofreram alterações contundentes e hoje, são extremamente dependentes da conexão em rede.

Os impactos da internet também são comportamentais, pois reorientou o pensamento das pessoas como Estado-nação para um cenário global. Essa mudança de perspectiva possui duas dimensões significativas. A primeira está relacionada à noção de responsabilidade social, que através da internet, atravessa fronteiras e essa característica, aumenta a pressão na comunidade internacional para a proteção do bem-estar e dos Direitos Humanos. A segunda dimensão está relacionada à busca de outras fontes, que não o Estado-nação, para formular o senso de identidade, como por exemplo, os movimentos separatistas na Escócia e na região da Catalunha⁴⁹.

Com a popularização dos computadores domésticos, a internet foi ganhando cada vez mais espaço como um meio de comunicação e principalmente, pelo surgimento das redes sociais, a qual assume um papel fundamental no meio político, conforme destaca Oliveira

As redes sociais na *Internet* são um fenômeno com características muito peculiares e interessantes. Cada uma dessas diversas redes apresenta finalidades específicas e, em alguns casos, muito próximas entre si. Ao analisá-las a partir das relações internacionais ou sob um enfoque político, por exemplo, percebe-se que os diversos atores políticos nacionais e internacionais já se encontram presentes nessas redes por considerarem tal participação como algo imprescindível para poder interagir com o a opinião pública. Cada vez mais políticos e instituições governamentais passaram a participar dessas redes sociais e a dialogar com um público vasto e que busca se informar com muito mais ênfase por meio daquilo que circula na rede do que, em muitos casos, por aquilo que circula pela mídia tradicional⁵⁰.

Para Castells, a internet não é somente uma tecnologia, mas um meio de comunicação que constitui a forma organizacional da nossa sociedade e pode ser considerada ao que foi a fábrica ou as grandes corporações na era industrial⁵¹.

⁴⁹ GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012, p.65.

⁵⁰ OLIVEIRA, Rafael Santos de. **A mídia como ator emergente das Relações Internacionais: seu protagonismo no uso do soft power frente aos desafios das mudanças climáticas**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010, p. 239.

⁵¹ Castells apud MORAES, 2004, p.287.

A internet e a comunicação desempenham, portanto, papéis fundamentais nos movimentos sociais em rede, pois estes surgem da contradição e dos conflitos de sociedades específicas e expressam revoltas resultantes de experiências multidimensionais⁵².

O ambiente interativo, descentralizado e horizontal, características centrais da internet, surge como uma alternativa às mídias tradicionais, pois essas são extremamente polarizadas e focadas em atender interesses específicos de grandes corporações e políticos. Assim, os movimentos sociais tendem a ganhar espaço na rede, visto que a capacidade de mobilização e engajamento proporcionado pela internet é maior comparado aos demais meios de comunicação.

A esse respeito,

A Internet veio dinamizar esforços de intervenção dos movimentos sociais na cena pública, graças à singularidade de disponibilizar, em qualquer espaço-tempo, variadas atividades e expressões de vida, sem submetê-las a hierarquias de juízos e idiosincrasias. No ciberespaço, as ONGs credenciam-se a produzir manifestações em diferentes momentos e locais determinados, sem, contudo, estarem presas a um lugar ou tempo em particular. [...] A Internet oferece novas ferramentas de intervenção, como as campanhas virtuais, o correio eletrônico, grupos de discussão, fóruns, salas de conversação, boletins, manifestos *on-line*, murais, anéis de sites e árvores de links. É uma arena complementar de mobilização e politização, somando-se a assembleias, passeatas, atos públicos e panfletos⁵³.

A internet tem o poder libertador de comunicação cada vez mais evidente e por meio do acesso ao conteúdo móvel e flexível, como os smartphones, a disponibilidade de conteúdos em uma gama mais ampla de línguas locais, e não apenas em inglês, torna-se cada vez mais difícil controlar essa nova fonte de livre expressão⁵⁴.

A rede mundial de computadores também possibilitou o surgimento de novos discursos que se tornam públicos e isso, causa transformações significativas na comunicação, pois representa uma ameaça ao monopólio da mídia tradicional visto que o jornalismo passa a ser participativo⁵⁵.

⁵² CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança - Movimentos Sociais na Era da Internet**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013, p.166.

⁵³ MORAES, Dênis de. O ativismo digital. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/moraes-denis-ativismo-digital.html>> Acesso em: 17 out.2015.

⁵⁴ PUDDEPHATT, Andrew. **As revoluções árabes e a comunicação digital**. Revista de Política Externa, Jun/Jul/Ago 2011, vol. 20, p.26.

⁵⁵ OLIVEIRA, Rafael Santos de. **A mídia como ator emergente das Relações Internacionais: seu protagonismo no uso do soft power frente aos desafios das mudanças climáticas**. Tese

Nesse contexto, Castells, em seu livro *Communication Power* (2009) destaca o potencial da “auto comunicação de massa” para a abertura de novas possibilidades às mídias sociais:

Em um mundo marcado pela ascensão da auto comunicação de massa, movimentos sociais e políticas insurgentes têm a chance de adentrar o espaço público a partir de múltiplas fontes. Usando ambas as redes de comunicação horizontais e os principais meios de comunicação para transmitir suas imagens e mensagens, eles aumentam suas chances de tornar válida a mudança social e política - mesmo que eles comecem de uma posição subordinada ao poder institucional e recursos financeiros ou legitimamente simbólicos⁵⁶.

Desse modo, a mudança social e política mencionada por Castells é algo que foge do controle das autoridades, pois devido à velocidade que a informação é disseminada, seu alcance tem proporções gigantescas.

Cabe ainda destacar que, segundo Valente, o processo de globalização, a velocidade da comunicação diplomática entre os Estados e os ataques da imprensa estrangeira - capazes de formar uma opinião pública negativa em diversas regiões – são processos que fogem do controle e da regulamentação dos Estados, por mais controlado que esse processo seja⁵⁷.

Com isso, a regulamentação governamental limita o desenvolvimento da internet, visto que os órgãos regulamentadores têm dificuldade para acompanhar as transformações da internet, conforme destaca Puddephatt

O mundo digital pode ser entendido como um ecossistema de evolução constante, que muda e cresce continuamente, e não como um sistema planejado com um objetivo ou uma configuração final predeterminada. Não há nenhum plano-mestre, e nenhuma organização pode se dizer dona de um “plano-mestre” para o seu desenvolvimento. Há fortes razões para se defender que a internet não precisa de um novo sistema de regulação global, e sim de liberdade para crescer e se desenvolver organicamente como tem acontecido até agora, e que tentar estabelecer uma nova estrutura regulatória internacional prejudicaria sua abertura e sua capacidade de inovação⁵⁸.

(Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010, p.218.

⁵⁶ CASTELLS, Manuel. *Communication power*. Oxford: Oxford University Press. 2009, p.302.

⁵⁷ VALENTE, Leonardo. **Política externa na era da informação: o novo jogo do poder, as novas diplomacias e a mídia como instrumentos de Estado nas Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Revan, 2007. p. 21-22, p.26.

⁵⁸ PUDDEPHATT, Andrew. **As revoluções árabes e a comunicação digital**. Revista de Política Externa, Jun/Jul/Ago 2011, vol. 20, p.25.

Nesse sentido, a internet é uma rede em constante evolução, visto que sua estrutura é inacabada e assim, possibilita o desenvolvimento não somente de conteúdo, mas de soluções tecnológicas que podem possibilitar o seu desenvolvimento.

4 A PRIMAVERA ÁRABE

Esse capítulo buscará compreender a Primavera Árabe e analisará como este evento ocorreu e quais foram as motivações e desdobramentos no Egito, Líbia e Tunísia. A Primavera Árabe pode ser definida como uma série de manifestações sociais que ocorreram no Oriente Médio e no Norte da África, entre 2010 e 2011, representada por uma onda maciça de manifestações e protestos reivindicando direitos políticos e civis, principalmente no que concerne à busca pela democracia. Nesse trabalho, analisaremos os casos mais expressivos, os quais ocorreram no Egito, Líbia e Tunísia.

Antes de abordarmos o tema específico, uma análise de alguns termos faz-se necessária para a compreensão da Primavera Árabe. Entre esses termos, destacamos o conceito de movimento social, o qual pode ser definido de acordo com três princípios: a identidade do movimento, o adversário do movimento e a visão ou modelo social do movimento. A identidade refere-se à autodefinição do movimento, sobre o que ele é, e em nome de quem se pronuncia. O adversário refere-se ao principal inimigo do movimento, conforme é expressamente declarado pelo próprio movimento. O modelo social refere-se à uma visão do movimento sobre o tipo de ordem ou organização social que almeja no horizonte histórico da ação coletiva que promove⁵⁹.

Nesse sentido, nota-se a importância da estrutura dos movimentos sociais pautada nesses três princípios. Os movimentos sociais são sintomas de nossas sociedades, e todos causam impacto nas estruturas sociais, na medida em que reivindicam mudanças, em diferentes graus de intensidade e com resultados distintos, como é o caso da Primavera Árabe. A análise de cada caso será realizada a seguir, em seções específicas.

Os movimentos sociais são conectados em rede por meio de diversas formas. O uso das redes de comunicação, da internet e dos telefones celulares é fundamental; contudo, a conexão em rede é multimodal, pois além das redes *online*, inclui redes *off-line*. Além disso, outras redes são formadas dentro do próprio movimento⁶⁰.

⁵⁹ Touraine apud CASTELLS, 2000, p.95.

⁶⁰ CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança - Movimentos Sociais na Era da Internet**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013, p.159.

Outro aspecto importante sobre os movimentos sociais é que estes são simultaneamente locais e globais. São considerados locais à medida que começam em contextos específicos, por motivos próprios, constituem suas redes e constroem seu espaço público ao ocupar o espaço urbano e se conectar às redes da internet. E são também globais, pois estão conectados na rede mundial de computadores⁶¹. É válido ressaltar que essa característica híbrida está relacionada ao fato de que as reivindicações dos movimentos sociais são específicas para determinados locais. Por este motivo, os movimentos são considerados locais. No entanto, devido à notoriedade que o movimento social precisa alcançar para efetivas mudanças, a conexão com a internet acaba tornando-os globais.

Definidas as características dos movimentos sociais, especificamente os movimentos sociais em rede, esse trabalho passa a abordar o que foi e como aconteceu a Primavera Árabe e seus desdobramentos no Egito, Líbia e Tunísia.

A origem do termo “Primavera Árabe” é desconhecida, porém começou a ser utilizado comumente pela rede Al-Jazeera. O termo era utilizado por outras mídias, desde 2005, com outro significado, relativo à Guerra do Iraque. Desde meados de 2011, entretanto, seu significado mudou radicalmente, já que antes se entendia por este termo a invasão iraquiana como seu potencial causador, hoje o conceito sugere o caráter popular das revoltas de meados de 2011⁶².

Os países que registraram os protestos podem ser divididos em três grupos:

a) Tunísia e Egito: evolução rumo a uma democracia, mas lentamente; b) Líbano, territórios palestinos, Jordânia, Iraque, Kuwait, Emirados, Omã, Arábia Saudita, Sudão (Norte), Argélia e Marrocos: movimentos sem realizações imediatas; c) Síria, Iêmen e Líbia: movimentos violentos, reações conservadoras, intervenções estrangeiras (Líbia), verdadeiras guerras civis⁶³.

Para Eric Hobsbawm, a Primavera Árabe modificou a concepção sobre revolução, pois as revoluções anteriores surgiam em meio à classe operária. Entretanto, as revoluções árabes foram organizadas por uma classe média

⁶¹ Idem., p.161.

⁶² SCHIOCCHE, Leonardo. **EXTREMO ORIENTE MÉDIO, ADMIRÁVEL MUNDO NOVO: A CONSTRUÇÃO DO ORIENTE MÉDIO E A PRIMAVERA ÁRABE**. Revista Tempo do Mundo, Brasília, v. 3, n. 2, p.37-82, ago. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/rtm/120822_rtmv3_portugues02_cap4.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2015, p.74.

⁶³ ROCHE, Alexandre. **Tensões da Primavera do mundo árabe--sunita: entre o wahhabismo conservador e o espírito crítico, entre a política do petróleo e a independência econômica**. Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 51, p. 47-56, jan./jun. 2012, p. 55.

modernizada, jovem, estudantil, conectada, e essencialmente unida pelo sentimento comum de descontentamento e pela existência de forças mobilizáveis⁶⁴.

Então, a Primavera Árabe não pode ser considerada como um movimento com sentido único, visto que deve ser reconhecida a pluralidade de questões que estão colocadas nos diferentes focos de insatisfação⁶⁵.

Entre as pluralidades de questões que foram essenciais para o fenômeno da Primavera Árabe, a pesquisadora Cátia Filipa de Oliveira Ramos ressalta as causas diretas em sua dissertação de mestrado⁶⁶. Segundo a pesquisadora, a degradação política com a corrupção, nepotismo, peculato, enriquecimento ilícito, tráfico de influências, compra de votos, falsificação de contratos e outros documentos, evasão fiscal, desvio de fundos públicos eram problemas que assolavam os regimes ditatoriais que causavam indignação na população.

A internacionalização das economias árabes não gerou melhores condições de vida para as populações, pelo contrário, desfavoreceu o pequeno comércio e desencadeou no aumento do desemprego. Considera-se também que a crise econômica mundial de 2008 favoreceu esse cenário.

Problemas como o subdesenvolvimento, pobreza, injustiça, má distribuição da riqueza, monopolização dos orçamentos públicos para projetos sem repercussões no desenvolvimento, o desemprego colossal que levou à emigração e ao êxodo rural de muitos dos desempregados para as grandes cidades, o que teve como consequência a deterioração da agricultura e o aumento da marginalidade urbana, são mazelas que há anos são enfrentadas por essas populações, especialmente no Norte da África.

A falta de representatividade e renovação política também foram preponderantes para as manifestações, causados pelo envelhecimento dos regimes dominantes com os mesmos atores e ideais, lentidão das decisões, excessos de

⁶⁴WHITEHEAD, Andrew. **Para Hobsbawm, protagonismo da classe média marca revoltas de 2011.** dez, 2011. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/12/111223_hobsbawm_2011_classe_media_bg.shtml>. Acesso em: 14 nov. 2015.

⁶⁵GOMES, Chiara A. **A primavera árabe e as lembranças de 1848.** L(E)A, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://estudoshumeanos.com/wp-content/uploads/2011/05/1-28-30.pdf>>. Acesso em: 08 nov 2015, p.28.

⁶⁶RAMOS, Cátia Filipa de Oliveira. **A PRIMAVERA ÁRABE NO EGITO E NA SÍRIA: REPERCUSSÕES NO CONFLITO ISRAELO-PALESTINIANO.** 2013. 79 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2013. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/6468/1/Dissertação_Mestrado.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2015.

zelo, força e repressão e ilusão de imortalidade dos regimes contribuíram para o cenário de instabilidade.

Além disso, a população jovem, que representa a maioria do contingente populacional desses países, estava insatisfeita com o desemprego, dificuldade de progressão profissional, discriminação, repressão, censura e exclusão.

As práticas repressivas do Estado e das entidades locais como centros de detenção e tortura, censura, vigilância, exércitos de reserva feitos de antigos militares também estavam entre as demandas dos manifestantes.

Nesse sentido, mesmo que de forma específica em cada país, as populações foram principalmente motivadas pelas mazelas supramencionadas. No início, os manifestantes não tinham a intenção de tomar o poder, contudo, devido às repressões das autoridades, a democracia passou a ser considerada.

A seguir analisaremos os três principais casos na Primavera Árabe: Egito, Líbia e Tunísia, os quais acredita-se que as revoluções são reflexos dos problemas econômicos e sociais diferentes oriundos dos diferentes legados deixados pelo colonialismo europeu e pelas diferentes formas de domínio de regimes únicos que governaram esses países por décadas⁶⁷.

4.1 EGITO

O Egito vivia sob uma forte influência britânica que interferia na monarquia do país e em 1952, houve um golpe militar e um posterior movimento nacionalista, cujo líder era Gamal Abdel Nasser. Quando assumiu o poder, Nasser estabeleceu um contrato social com a população do Egito. Por meio desse contrato social o regime oferecia ensino gratuito, emprego em um setor público em expansão, assistência médica a preços acessíveis, habitação barata e outras formas de proteção social em troca de obediência. Em outras palavras, a população estava trocando seus direitos políticos por bem-estar social⁶⁸.

Após a morte de Nasser, em 1970, quem assume o poder é Anwar Al-Sadat e o Egito passa à órbita de poder dos Estados Unidos, ainda mais depois de Sadat firmar o Acordo de Paz com o Estado de Israel em 1979. Esse fato gera

⁶⁷ Anderson apud FERABOLLI, 2012, p.107.

⁶⁸ KANDIL, H. **A revolta no Egito**. Novos Estudos, [S.l.], n. 91, pp. 155-193, 2011. Trad. Alexandre Morales. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/nec/n91/a09n91.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2015, p.156.

descontentamento na população, pois a paz com os israelenses foi vista como sinal de traição à comunidade árabe e a palestina. Em 1981, Sadat foi assassinado durante uma parada militar. A partir daí, Hosni Mubarak assumiu o governo, preservou os interesses estadunidenses na região e recebeu a devida contrapartida financeira que patrocinou seu governo até a Primavera Árabe⁶⁹.

A partir dos anos 1980 o contrato social foi se desgastando e no início dos anos 2000 se desfez por completo. Com uma população que parecia passiva, fragmentada e desanimada, o regime de Mubarak percebeu que isso era uma ótima oportunidade para desviar dinheiro público e consolidar interesses capitalistas externos, nomeando para cargos de confiança pessoas que detinham controle monopólico sobre setores lucrativos da economia e intelectuais neoliberais que tinham vínculos com instituições financeiras internacionais⁷⁰.

Em 2010, acreditava-se que Mubarak não iria se recandidatar à presidência e que seu filho Gamal assumiria seu lugar. A ideia de Gamal na presidência assustava muitos egípcios. Nessa mesma época, houve uma alteração nas formas de repressão política empregadas pelo regime, pois anteriormente as torturas eram realizadas pelos militares e pelo Exército. No entanto, o regime acreditava que as demandas da população eram banais e que o trabalho de repressão poderia ser feito por auxiliares à paisana. Esses auxiliares demonstravam abuso de poder, maltratando e molestando a população sem nenhum motivo político.

Um desses abusos foi um caso trágico de tortura. A repressão atingiu Khaled Said que era pertencente à uma família tradicional de Alexandria. Em 6 de junho de 2010, após conversar com auxiliares da polícia, Khaled teve seu rosto esmagado na calçada e em depoimento, os policiais alegaram que ele cometeu suicídio. O caso chocou a população e ultrapassou as fronteiras nacionais. Em Dubai, Wael Ghonim, diretor executivo do Google, criou um grupo no Facebook chamado "*We are all Khaled Said*" ("Todos somos Khaled Said", em tradução livre) pedindo a adesão de todos que estavam sensibilizados com o caso e em menos de dois meses já haviam 100 mil pessoas no grupo⁷¹.

⁶⁹ COSTA, Renatho. **Mais uma primavera histórica: os árabes plantam flores nos desertos**. Revista Conjuntura Austral, Porto Alegre, v. 2, n. 5, p. 15-25, 2011, p.19.

⁷⁰ KANDIL, H. **A revolta no Egito**. Novos Estudos, [S.l.], n. 91, pp. 155-193, 2011. Trad. Alexandre Morales. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/nec/n91/a09n91.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2015, p.156.

⁷¹ Idem., p.158.

Em 25 de janeiro de 2011, o grupo “*We are all Khaled Said*” organizou uma manifestação em Cairo, na praça Tahrir. A data escolhida foi um feriado nacional conhecido com o “Dia da Polícia”, uma homenagem aos policiais mortos em um conflito com os britânicos em 1952.

A respeito dessa manifestação:

O grupo esperava reunir algo em torno de 5 a 7 mil pessoas, mas mesmo um contingente desses parecia demasiadamente improvável na ocasião. Sob Mubarak, as maiores manifestações nunca haviam passado de umas poucas centenas de pessoas. No entanto, com o estímulo da queda da ditadura tunisiana em 14 de janeiro e o apoio de outros grupos opositores com base na internet, a convocação levou as ruas possivelmente umas 20 mil pessoas⁷².

As manifestações tomaram proporções inesperadas, já que o regime de Mubarak nunca enfrentou protestos, e tampouco havia engajamento da população egípcia. Contudo, esses protestos não duraram horas, mas sim dias. A polícia repreendia fortemente os manifestantes, porém a repressão os estimulava mais ainda⁷³.

Em 28 de janeiro de 2011, a praça Tahrir foi massivamente ocupada por manifestantes. Em 1º de fevereiro, uma manifestação ainda maior realizada ali exigiu a renúncia de Mubarak. No dia seguinte, capangas da polícia liberados para atacar a ocupação foram repelidos da praça e mais violenta repressão pôde ser vista desde que o início dos protestos. Essa postura foi determinante para o exército parar de apoiar o governo. Com a pressão interna e externa, Mubarak renunciou ao governo no dia 11 de fevereiro, em consequência de um levante popular que se expandia incessantemente⁷⁴.

Após a renúncia da Mubarak, o exército assumiu o poder

Com a partida do presidente, o exército assumiu a responsabilidade de remodelar o Estado de uma forma mais aceitável, mas, claramente, não tinha qualquer intenção de abandonar o poder. Em vez disso, criou uma aliança informal com a Irmandade Muçulmana e apresentou um conjunto de emendas minimalistas à Constituição, que acabariam por ser aprovadas por referendo – para raiva dos radicais que tinham organizado as manifestações e que tinham expectativas de conseguir mudanças muito mais profundas⁷⁵.

⁷² KANDIL, H. **A revolta no Egito**. Novos Estudos, [S.l.], n. 91, pp. 155-193, 2011. Trad. Alexandre Morales. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/nec/n91/a09n91.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2015, p. 158

⁷³ Idem., p.159.

⁷⁴ Idem.,p.162.

⁷⁵ JOFFE, George. “**A Primavera Árabe no Norte de África: Origens e Perspectivas de Futuro**”. *Relações Internacionais* n.º 30, 2011, pp. 85-116, p.105.

Diante da pressão internacional, o exército fez questão de tranquilizar Washington e Tel-Aviv, confirmando que o país respeitaria seus compromissos internacionais – uma referência aos acordos de Camp David (1978) e à paz entre Israel e Egito assinada em 1979⁷⁶.

Em junho de 2012, o Egito passou por eleições democráticas inéditas, que elegeram um membro da Irmandade Muçulmana como membro presidente. Uma das primeiras medidas de Morsi foi revogar os decretos do exército que limitavam seus poderes enquanto presidente, e uma Assembleia Constituinte foi convocada para elaborar uma nova Constituição egípcia. Vale ressaltar que essa Assembleia Constituinte era formada majoritariamente por membros da Irmandade Muçulmana, o que trouxe o temor de que a Irmandade Muçulmana, utilizando-se da figura do presidente, impusesse uma nova ditadura baseada em preceitos fundamentalistas⁷⁷.

Em novembro de 2012, devido às medidas impopulares, a população começou a se revoltar com o presidente recém-eleito. Em 03 de julho de 2013, os militares retiraram Morsi do poder pelos militares. Sobre essa questão enfatiza-se que

A mesma população que dois anos antes havia criticado os militares e a polícia pela repressão contra os manifestantes, agora os celebrava por retirarem seu presidente democraticamente eleito há somente um ano e por suspenderem a Constituição aprovada há apenas seis meses, em dezembro de 2012⁷⁸.

A retirada de Morsi não foi bem vista pela comunidade internacional, especialmente o Reino Unido, que acusou os militares de golpe de Estado. Entretanto, os militares afirmaram que não iriam retirar o direito de voto da população egípcia e que assim que o novo parlamento estivesse estabelecido haveriam novas eleições presidenciais⁷⁹.

Em janeiro de 2014, os egípcios voltaram às urnas para decidir se a Constituição e o novo regime seriam aprovados. A Constituição foi redigida por um comitê de 50 especialistas eleitos pelo novo regime instaurado após a queda de

⁷⁶ GRESH, Alain. **Em busca da soberania: O que muda com o despertar árabe**. Le Monde Diplomatique. 14 de setembro de 2011. Disponível em: <https://www.diplomatique.org.br/edicoes_especiais_artigo.php?id=34>. Acesso em: 10 nov. 2015.

⁷⁷ Brown apud LUZ, 2014, p.32.

⁷⁸ Idem., p.33.

⁷⁹ Idem., p.33.

Morsi⁸⁰. Em maio do mesmo ano, as eleições presidenciais foram realizadas novamente, e Abdel Fattah al-Sisi foi eleito presidente. Al-Sisi contribuiu para a retirar Morsi do poder e proibiu a Irmandade Muçulmana de participar das eleições. O atual presidente é criticado por organizações de defesa dos direitos humanos por conduzir um regime repressor e excluir a oposição do cenário político⁸¹.

Dessa forma, nota-se que a Primavera Árabe no Egito saiu de um regime ditatorial que governava o país há três décadas, porém um cenário de instabilidade política se estabeleceu e a transição democrática está longe de acabar, visto que essa situação possibilitou a formação de vários partidos e cada um quer implementar suas ideias em prol dos seus interesses. Sendo assim, é essencial que a população egípcia estabeleça um diálogo sobre a atual estrutura do país visando um governo de transição que não imponha repressão como ocorre atualmente.

4.2 LÍBIA

A Líbia, durante o século XX, também não fugiu dos interesses das grandes potências. Inicialmente, o país foi dominado pela Itália por meio da conquista do Império Otomano e durante a Segunda Guerra Mundial, foi controlado pela Grã-Bretanha e França. Na década de 1950, houve uma mudança na lógica de poder que atuava na região, essa mudança possibilitou a entrada da Líbia na Liga Árabe e abriu a possibilidade para que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha instalassem bases militares no país. Ao mesmo tempo, a descoberta de petróleo aumentou a interferência estrangeira no país, mas fortaleceu o sentimento de nacionalismo⁸².

A Líbia é um ator importante no cenário internacional por sua geografia e por possuir imensas reservas de petróleo e gás natural. Além disso, o país é o quarto maior território da África e possui o maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

⁸⁰ALANDETE, David. **El País**. Brasil, jan. 2014. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/01/14/internacional/1389686920_866973.html>. Acesso em: 10 nov. 2015.

⁸¹GÓMEZ, Juan. **O Egito vota entre a resignação e o medo**. El País. Brasil, maio 2014. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/05/25/internacional/1401048030_746028.html>. Acesso em: 10 nov. 2015.

⁸² COSTA, Renatho. **Mais uma primavera histórica: os árabes plantam flores nos desertos**. Revista Conjuntura Austral, Porto Alegre, v. 2, n. 5, p. 15-25, 2011, p. 19.

do continente. O nível de educação também é elevado, com 89% dos adultos alfabetizados⁸³.

Em 1969, um grupo de oficiais, liderados por Muammar Kadafi, que se autoproclamava socialista assume o poder com o intuito de derrubar a monarquia líbia. Logo que assume o poder, Kadafi propõe um sistema de governo denominado *jamahiriya*, no qual as decisões são tomadas por comitês tribais, sem a formação de partidos políticos⁸⁴.

Na década de 1980, Kadafi foi acusado de patrocinar ações terroristas no Oriente Médio através do fornecimento de armas e explosivos fornecidos à grupos como Hezbollah, OLP, IRA e ETA.

Dessa forma,

Por volta de 1985, o prestígio de Kadafi era alto entre os terroristas, embora eles tivessem consciência de que o ditador líbio tendia a promover mais do que tinha capacidade de fazer. Contudo, seguramente, ele parecia mais desejoso de aceitar o risco de desafiar as potências importantes que qualquer outro país. Quanto mais extremado o grupo, maior a possibilidade de receber assistência, se mais não fosse, refúgio em Trípoli. Ao mesmo tempo, a ativa e aparentemente bem-sucedida oposição de Kadafi ao fundamentalismo islâmico fez com que alguns de seus vizinhos pouco amistosos da Líbia hesitassem em tomar medidas drásticas contra o ditador. Os que não o admiravam pareciam temê-lo, pelo menos no mundo árabe. Os sucessos de Kadafi fizeram com que ele perdesse qualquer resquício de realidade que ainda possuísse. Ultrapassou o limite do que era internacionalmente aceitável e provocou uma reação que causou drástico declínio de sua posição e redução nas operações terroristas por ele patrocinadas⁸⁵.

A aproximação de Kadafi com os grupos terroristas causou tensões com os Estados Unidos e em 1986, essa tensão atingiu o seu ápice, pois os norte-americanos bombardearam instalações militares na Líbia. Em contrapartida, em 1988, a Líbia patrocinou um atentado ao voo 103, da companhia aérea estadunidense Pan Am. A aeronave caiu sobre a cidade de Lockerbie (Escócia) e

⁸³ VISENTINI, Paulo Fagundes et al. **O Verão Árabe: guerra civil e intervenção internacional na Líbia, Síria e Iêmen**. Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 51, p.57-79, jan. 2012. Semestral. Disponível em: <seer3.fapa.com.br/index.php/arquivos/article/view/137>. Acesso em: 13 nov. 2015, p.59.

⁸⁴ ESTADÃO. **Quatro décadas de ditadura na Líbia**. São Paulo. fev. 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/infograficos/quatro-decadas-de-ditadura-na-libia,internacional,234864>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

⁸⁵ Whittaker apud COSTA, 2011, p. 20.

deixou 270 mortos. Como a Líbia não reconheceu o atentado, a ONU impôs sanções que incluem restrição de relações diplomáticas e suspensão de linhas aéreas⁸⁶.

Em 1998, Kadafi aceita que os dois agentes líbios envolvidos no atentado de Lockerbie fossem extraditados para julgamento, assumiu a responsabilidade pelo atentado e comprometeu-se a reparar os danos causados às famílias das vítimas. Isso fez com que a ONU retirasse as sanções impostas e as relações diplomáticas com os demais países fossem reestabelecidas. Apesar da mudança de postura, o modelo de governo interno não sofreu alterações significativas e o autoritarismo perdurou⁸⁷.

Diferentemente da Tunísia e do Egito, a Líbia ainda não havia se consolidado como Estado-nação e era o mais tribal entre os países árabes. Assim, a corrupção tomava proporções enormes e o desemprego e a situação de pobreza eram crescentes⁸⁸.

Com a ampla adesão da população da Tunísia e do Egito nas manifestações, a população da Líbia resolveu se manifestar. Entretanto, os protestos na Líbia não foram pacíficos e logo um levante armado fugiu do controle do regime. Kadafi debilitou o exército para evitar algum golpe ou o surgimento de rivais e apoiou-se em milícias⁸⁹.

Em uma tentativa de conter as revoltas, Kadafi condenou os levantes nos países vizinhos e o bloqueou o acesso a sites como o Youtube e às redes sociais. No entanto, em 29 de janeiro de 2011, Kadafi reposicionou-se em apoio à população e afirmou que não se pode ir contra a vontade do povo. O dia 17 de fevereiro do mesmo ano ficou conhecido como o “dia de fúria”, quando por meio de gritos de ordem, os manifestantes exigiam a saída de Kadafi. Os protestos a partir desse dia cresceram, e os manifestantes que estavam armados, foram repreendidos⁹⁰.

⁸⁶ ESTADÃO. **Quatro décadas de ditadura na Líbia**. São Paulo. fev. 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/infograficos/quatro-decadas-de-ditadura-na-libia,internacional,234864>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

⁸⁷ COSTA, Renatho. **Mais uma primavera histórica: os árabes plantam flores nos desertos**. Revista Conjuntura Austral, Porto Alegre, v. 2, n. 5, p. 15-25, 2011, p.20.

⁸⁸ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A Segunda Guerra Fria: Geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos: das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio**. Editora José Olympio, 2013, p.256.

⁸⁹ VISENTINI, Paulo Fagundes et al. **O Verão Árabe: guerra civil e intervenção internacional na Líbia, Síria e Iêmen**. Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 51, p.57-79, jan. 2012. Semestral. Disponível em: <seer3.fapa.com.br/index.php/arquivos/article/view/137>. Acesso em: 13 nov. 2015, p.59.

⁹⁰ Idem., p.60.

No início da guerra civil, a oposição anunciou a formação do Conselho Nacional de Transição da Líbia, o qual se auto declarou como “o único órgão legítimo representando o povo e o Estado líbio”. Trata-se de um órgão unicameral composto por 33 membros representantes das tribos líbias⁹¹.

No dia 26 de fevereiro, foi aprovada no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) a Resolução 1970, aprovada pela França, Alemanha, Grã-Bretanha e Estados Unidos. A resolução estava

condenando a violência e uso da força contra civis, lamentando a violação grosseira e sistemática dos direitos humanos, incluindo a repressão de manifestantes pacíficos, expressando profunda preocupação com as mortes de civis, e rejeitando inequivocadamente o incitamento à hostilidade e à violência contra a população civil feita a partir do nível mais alto da Líbia⁹².

Essa resolução presumiu que “os ataques generalizados e sistemáticos em curso na Líbia contra a população civil podem construir crimes contra a humanidade”. Assim, a situação da Líbia foi levada ao Tribunal Criminal Internacional e aprovou uma série de sanções a serem aplicadas pelos membros da ONU:

1. congelar imediatamente todos os fundos, outros ativos financeiros e recursos econômicos que estejam em seus territórios, que são propriedade ou são controlados, direta ou indiretamente, por indivíduos ou entidades ligados ao regime de Muammar Gaddafi;
2. impedir o fornecimento direto ou indireto, a venda ou transferência para o Árabe Líbia Jamahiriya (...) de armas e material conexo de todos os tipos, incluindo armas e munições, veículos e equipamentos militares, equipamentos paramilitares e peças, assim como assistência técnica, treinamento (...) relacionados com atividades militares ou o fornecimento, a manutenção ou o uso de quaisquer armas e material conexo, incluindo o fornecimento de pessoal armado de mercenários originários ou não de seus territórios⁹³.

Menos de um mês depois, no dia 17 de março de 2011, os Estados Unidos, a França e a Grã-Bretanha alegaram que o governo de Kadafi não cumpriu a Resolução 1970 e aprovaram – Rússia, China, Brasil, Índia e Alemanha se absteram

⁹¹ Idem., p.61.

⁹² RES/1970 (2011) – Conselho de Segurança. Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1970\(2011\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1970(2011)). Acesso em: 13 nov. 2015.

⁹³ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A Segunda Guerra Fria: Geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos: das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio**. Editora José Olympio, 2013, p.277.

- a Resolução 1973, que estabelecia uma zona de exclusão aérea na Líbia e áreas de segurança para a população civil e estrangeira⁹⁴.

A Resolução 1973, aprovada pelo Conselho de Segurança, violava a própria carta das Nações Unidas, pois o artigo 2 do Capítulo I estabelece que “nenhuma disposição da presente Carta autorizará as Nações Unidas a intervir em assuntos que dependam essencialmente da jurisdição interna de qualquer Estado, ou obrigará os membros a submeterem tais assuntos a uma solução”. A mídia internacional – BBC, CNN, Al Arabya e al-Jazeera - também contribuiu por meio da manipulação das notícias, as quais desinformavam e exageravam sobre o número de mortos, o que contribuiu para piorar a situação da Líbia no Conselho de Segurança das Nações Unidas⁹⁵.

Cabe observar aqui que o levante contra o regime de Kadafi era uma situação doméstica e não representava uma ameaça direta a paz e a segurança internacional. Além disso, a resolução não foi utilizada para conter a violência, mas como justificativa ao apoio direto da OTAN aos rebeldes.

No dia 19 de março, teve início a operação “Amanhecer da Odisseia”, na qual França, Estados Unidos e Reino Unido bombardearam instalações civis e militares na Líbia. Devido a divergências internas, em abril, a OTAN assumiu o controle da intervenção militar⁹⁶.

Os ataques da OTAN foram intensos e milhares de civis inocentes foram mortos ou feridos, vítimas dos bombardeios. Os ataques aéreos destruíram a infraestrutura da Líbia, principalmente hospitais, escolas, mercados e meios de comunicação⁹⁷.

Em junho, conforme a resolução do Conselho de Segurança, o dinheiro da Líbia foi congelado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), enquanto a OTAN declarou que não sairia da Líbia até o fim do regime de Kadafi, o qual tentou propor

⁹⁴ VISENTINI, Paulo Fagundes et al. **O Verão Árabe: guerra civil e intervenção internacional na Líbia, Síria e Iêmen**. Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 51, p.57-79, jan. 2012. Semestral. Disponível em: <seer3.fapa.com.br/index.php/arquivos/article/view/137>. Acesso em: 13 nov. 2015, p.61.

⁹⁵ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A Segunda Guerra Fria: Geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos: das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio**. Editora José Olympio, 2013, p.277.

⁹⁶ VISENTINI, Paulo Fagundes et al. **O Verão Árabe: guerra civil e intervenção internacional na Líbia, Síria e Iêmen**. Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 51, p.57-79, jan. 2012. Semestral. Disponível em: <seer3.fapa.com.br/index.php/arquivos/article/view/137>. Acesso em: 13 nov. 2015, p.61.

⁹⁷ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A Segunda Guerra Fria: Geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos: das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio**. Editora José Olympio, 2013, p.310.

eleições, mas a proposta foi rejeitada pelos rebeldes. Em outubro, o Conselho Nacional de Transição capturou e destruiu a cidade de Sirte, última cidade na qual haviam cidadãos leais à Kadafi. O líder também foi capturado e assassinado em um ato filmado⁹⁸.

Após a morte de Kadafi, as milícias armadas que dominaram áreas, cidades, regiões não admitiam qualquer interferência, e também não aceitavam submeter-se ao Conselho Nacional de Transição, o que instaurou um cenário de instabilidade política⁹⁹. Além disso, a OTAN declarou fim a intervenção militar e os Estados ocidentais reconheceram o Conselho Nacional de Transição como governo legítimo da Líbia. Quando assumiu o poder, Mustafa Abdel Jalil, líder do CNT, estabeleceu que a *sharia* (lei islâmica) seria a única fonte de legislação do governo, assim a lei do casamento, que proibia a poligamia, e a lei do divórcio – estabelecidas por Kadafi – foram anuladas¹⁰⁰.

Em junho de 2014, ocorreram novas eleições a fim de compor um novo Parlamento, o qual é reconhecido pela comunidade internacional, porém não é reconhecido pelos grupos islâmicos no poder da capital. Por este motivo, o Parlamento está mantendo suas atividades no leste do país¹⁰¹.

Nesse cenário, Boduszyski e Pickard comentam a situação atual da Líbia

O Estado pós-Kaddafi é fraco enquanto atores locais e não estatais comandam a transição. Milícias armadas operam com impunidade pelo país; contrabandistas atravessam fronteiras desimpedidos. Grupos extremistas, alguns armados, estão crescendo. Separatistas agitam o leste e o sul. As cortes e a polícia mal funcionam¹⁰².

A falta de reconhecimento do governo por parte dos grupos islâmicos gerou uma situação caótica, a qual impede a governabilidade na Líbia. O país atualmente possui dois governos – um é reconhecido pela comunidade internacional e outro, que governa no oeste, sob a bandeira da coalizão “Amanhecer”. O “Amanhecer” é

⁹⁸ VISENTINI, Paulo Fagundes et al. **O Verão Árabe: guerra civil e intervenção internacional na Líbia, Síria e Iêmen**. Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 51, p.57-79, jan. 2012. Semestral. Disponível em: <seer3.fapa.com.br/index.php/arquivos/article/view/137>. Acesso em: 13 nov. 2015, p.62.

⁹⁹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A Segunda Guerra Fria: Geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos: das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio**. Editora José Olympio, 2013, p.318.

¹⁰⁰ VISENTINI, Paulo Fagundes et al. **O Verão Árabe: guerra civil e intervenção internacional na Líbia, Síria e Iêmen**. Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 51, p.57-79, jan. 2012. Semestral. Disponível em: <seer3.fapa.com.br/index.php/arquivos/article/view/137>. Acesso em: 13 nov. 2015, p.63-64.

¹⁰¹ AFP apud LUZ, 2014, p.38.

¹⁰² Boduszyski e Pickard apud LUZ, 2014, p.37.

uma coalizão de milícias islâmicas que, em agosto de 2014, tomou o aeroporto de Trípoli e proclamou o seu governo na capital¹⁰³.

Desse modo, a Líbia sofre com a instabilidade política e a polarização das milícias. A intervenção militar da OTAN pode ser considerada um grande fracasso, visto que apenas buscou atender interesses geoestratégicos das potências ocidentais e, sobretudo, instaurou o caos na sociedade líbia. Além disso, não havia precursores para transformar a situação do país em um movimento social, devido à falta de representatividade política para o seu desenvolvimento.

No que concerne ao tema desse trabalho, a mídia influenciou no início dos levantes populares e na distorção das informações, principalmente a mídia internacional.

4.3 TUNÍSIA

A Tunísia teve a sua independência da França apenas em 1956, considerada tardia comparada aos demais países da região. Contudo, a partir da primeira eleição o país já começa a trilhar um caminho pautado no autoritarismo. Em 1959, Habib Bourguiba foi eleito, ele centralizou o poder e criou um sistema de partido único, o que fortaleceu o modelo autocrático¹⁰⁴.

Para governar a Tunísia, Bourguiba acreditava que deveria se inspirar na França, devido à colonização, e não se prender ao islã. Assim, as medidas tomadas por ele – proibição de cortes religiosas e proibição da poligamia – eram consideradas extremamente ocidentais pela população, o que fez surgir grupos islâmicos de oposição¹⁰⁵.

Na década de 80, a Tunísia atravessou uma crise econômica que desgastou o governo e levou ao poder Zine El Abidine Ben Ali. No início da década de 90, Ben Ali tinha um discurso de progresso e desenvolvimento que foi sendo modificado por um modelo de centralização política, perseguição à oposição e empobrecimento dos menos favorecidos¹⁰⁶.

¹⁰³BBC. **Líbia vive caos com 2 governos, 1.700 milícias e avanço do Estado Islâmico**. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150129_libia_caos_ei_fn>. Acesso em: 29 jan. 2015.

¹⁰⁴COSTA, Renatho. **Mais uma primavera histórica: os árabes plantam flores nos desertos**. Revista Conjuntura Austral, Porto Alegre, v. 2, n. 5, p. 15-25, 2011, p.19.

¹⁰⁵Diamond apud LUZ, 2014, p.26.

¹⁰⁶COSTA, Renatho. **Mais uma primavera histórica: os árabes plantam flores nos desertos**. Revista Conjuntura Austral, Porto Alegre, v. 2, n. 5, p. 15-25, 2011, p.19.

A insatisfação atingiu o ápice em 17 de dezembro de 2010, quando a polícia confiscou as mercadorias do jovem Mohamed Bouazizi por não ter licença para vender frutas e verduras. Desesperado por não ter dinheiro para pagar a propina exigida, o jovem ateou fogo ao próprio corpo na rua. Essa atitude desencadeou em uma série de manifestações que se espalhou por toda Tunísia¹⁰⁷.

Além da comoção pela morte de Mohamed Bouazizi, os protestos representaram a indignação da população com as reformas neoliberais, determinadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pelo Banco Mundial e pelos Estados Unidos, a corrupção, o alto nível de desemprego e elevação dos preços dos alimentos, a falta de liberdades civis e políticas também influenciaram na crescente impopularidade de Ben Ali¹⁰⁸.

Nesse cenário, Ben Ali enviou tropas para conter os manifestantes, porém, poucos dias depois os militares se recusaram a atirar contra os cidadãos e retiraram seu apoio ao governo. Isso foi fundamental para o movimento na Tunísia, pois evitou mais mortes de civis e enfraqueceu o regime de Ben Ali¹⁰⁹.

A derrota de Ben Ali ficou visível quando os manifestantes tomaram a capital do país, Túnis:

O fim de jogo para Ben Ali começou quando os manifestantes encheram as ruas de Túnis, a capital. Em 28 de dezembro, ele fez um discurso em rede nacional cobrando os manifestantes pelos danos à economia e ameaçou lidar com eles severamente. Quando isso não funcionou, ele deu um segundo discurso em 10 de janeiro no qual ele acusou os manifestantes de serem “terroristas” servindo interesses estrangeiros, mas também prometeu criar 300.000 novos empregos. Quando os manifestantes fizeram pouco caso de suas declarações, Ben Ali fez uma terceira e última aparição na televisão em 13 de janeiro, assegurando os manifestantes de que ele os “ouvia” e os “entendia”, e prometeu não concorrer para um terceiro mandato em outubro de 2014¹¹⁰.

¹⁰⁷ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A Segunda Guerra Fria: Geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos: das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio**. Editora José Olympio, 2013, p.235.

¹⁰⁸ Idem., p. 235 – 237.

¹⁰⁹ LUZ, Camila Antunes da. **A PROPAGAÇÃO DA DEMOCRACIA NA PRIMAVERA ÁRABE: A INFLUÊNCIA DOS FATORES INTERNACIONAIS NA DIFUSÃO DA DEMOCRATIZAÇÃO NA TÚNISIA, NO EGITO E NA LÍBIA**. 2014. 64 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <[https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/128075/Monografia da Camila Luz.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/128075/Monografia_da_Camila_Luz.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 14 nov. 2015, p.27.

¹¹⁰ SCHRAEDER, P. J.; REDISSI, H. **Ben Ali's Fall**. Journal of Democracy, [S.l.], v. 22, n. 3, p. 05-19, 2011, p.7.

Em janeiro de 2011, Ben Ali dissolveu o governo e fugiu em direção à Arábia Saudita, e quem assumiu o poder foi o primeiro-ministro Mohamed Ghannouchi¹¹¹. Ghannouchi ficou por pouco tempo na presidência do país, pois era considerado pela população como uma continuação do governo de Ben Ali. Assim, novas eleições foram marcadas para outubro de 2011¹¹².

Nas eleições de outubro, as tensões entre opositores que almejavam o governo foram marcantes. Disputavam o poder o Ennahda, grupo islâmico moderado, os secularistas e os Salafistas Jihadistas, grupo islâmico radical. Destaca-se que nenhum desses grupos participaram das manifestações, além disso, nenhum desses grupos tinham experiências no governo, coalizões ou bases políticas estruturadas¹¹³.

O partido Ennahda venceu as eleições com 40% dos votos e assumiu o governo. O partido conseguiu 87 dos 217 assentos na Assembleia Nacional Constituinte, a qual elegeu Moncef Marzouki como presidente. Em agosto de 2013, a Assembleia Nacional Constituinte suspendeu suas atividades parlamentares e o assassinato de dois líderes de esquerda, agravou a tensão política no país¹¹⁴.

Em janeiro de 2014, o Parlamento aprovou a primeira Constituição da democracia tunisiana:

A nova Constituição pretende transformar o país norte-africano em uma democracia, com um Estado civil cujas leis não sejam baseadas na lei islâmica, diferente de muitas outras Constituições árabes. Um capítulo inteiro do documento, com 28 artigos, se dedica a garantir os direitos dos cidadãos, incluindo a proteção contra a tortura, o direito a um processo judicial justo e liberdade de credo. Ela garante a igualdade entre homens e mulheres perante a lei e o Estado se compromete a proteger os direitos das mulheres¹¹⁵.

No dia 23 de janeiro de 2014, a Tunísia realizou suas primeiras eleições presidenciais livres, elegendo Beyi Caid Essebsi como presidente. A proposta do

¹¹¹ DEUTSCHE WELLE. **Presidente da Tunísia cede à pressão popular e deixa o governo**. 2011. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt/presidente-da-tunisia-cede-a-pressao-popular-e-deixa-o-governo/a-14767690>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

¹¹² Watson apud LUZ, 2014, p.28.

¹¹³ Ibid., p.28.

¹¹⁴ CASQUEIRO, Javier. Tunísia elege um presidente laico e completa a transição à democracia. El País. Brasil. dez. 2014. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/22/internacional/1419254452_099997.html>. Acesso em: 13 nov. 2015.

¹¹⁵ ASSOCIATED PRESS. **Após a Primavera, Tunísia aprova a mais moderna Constituição árabe**. Folha de São Paulo. Túnis, 26 jan. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/01/1403269-apos-a-primavera-tunisia-aprova-a-mais-moderna-constituicao-arabe.shtml>>. Acesso em: 20 out. 2015, p.1.

presidente pretende amenizar a situação política, econômica e diplomática do país. Além disso, ele planeja modernizar o Estado, baseada nos preceitos dos países ocidentais¹¹⁶.

Nesse sentido, a Tunísia representa um caso de sucesso na Primavera Árabe, pois o país conseguiu completar a sua transição democrática e mesmo que os rumos do país estejam indefinidos, um grande passo foi dado com as eleições democráticas e as eleições presidenciais. Entretanto, a transição democrática não representa o fim dos problemas demandados pela população, os quais foram mencionados no início do capítulo.

É evidente que as massas árabes almejam mudanças e melhorias. Porém, a questão torna-se mais complexa quando falamos de democracia, pois a palavra é usada em diversos aspectos, essencialmente pelos ocidentais, mas é um conceito político que não tem histórico no mundo islâmico e árabe¹¹⁷.

4.4 A IMPORTÂNCIA DOS MEIOS MIDIÁTICOS NO FENÔMENO DA PRIMAVERA ÁRABE

Feita a contextualização histórica da Primavera Árabe, a seguir abordaremos como os meios midiáticos foram essenciais durante as manifestações, as quais em cada um dos países tiveram impactos distintos. Conforme demonstramos nas seções anteriores, os protestos árabes foram processos de mobilização espontâneos que surgiram por meio da insatisfação da população com os regimes as quais estavam submetidas e em geral, exceto no caso da Líbia, não foram mediados por organizações políticas formais, as quais haviam sido diluídas pela repressão e não transmitiam confiança entre os manifestantes.

¹¹⁶CASQUEIRO, Javier. Tunísia elege um presidente laico e completa a transição à democracia. El País. Brasil. dez. 2014. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/22/internacional/1419254452_099997.html>. Acesso em: 13 nov. 2015.

¹¹⁷HOROVITZ, David. "**A Mass Expression of Outrage Against Injustice**", Jornal The Jerusalem Post. Disponível em: <<http://www.jpost.com/Opinion/Columnists/A-mass-expression-of-outrage-against-injustice>>. Acesso em: 08 nov 2015, p.14.

Segundo Ferabolli, nenhum especialista conseguiu prever a magnitude das revoltas árabes. Contudo, a CIA já vinha monitorando as redes sociais, como Twitter e Facebook, e identificado focos de insatisfação política na região¹¹⁸.

A internet proporciona a busca pela liberdade de expressão na medida em que grupos politicamente ativos unem-se em prol de um ideal comum. Para Puddephatt

A importância dos acontecimentos no Oriente Médio iluminou o fato de que as comunicações digitais oferecem plataforma para a liberdade de expressão a nível global. Há muito tempo a liberdade de expressão é considerada um direito fundamental, importante em si mesmo e também por ajudar a defender outros direitos e liberdades. No entanto, para ser plena, a liberdade de expressão exige uma dimensão pública – um meio de comunicação – para facilitar a troca de opiniões, ideias e informações¹¹⁹.

Outro aspecto importante é o fato de que as manifestações surgiram no ápice da explosão digital no mundo árabe, embora com diferentes níveis de impacto e transmissão das tecnologias de informação nos países. Nas palavras de Castells:

As redes digitais e a ocupação do espaço urbano, em íntima interação, forneceram a plataforma para organização e deliberação autônomas em que se basearam os levantes; também criaram a elasticidade necessária para que o movimento suportasse ataques ferozes e violentos do Estado, até o momento no qual, em alguns casos, em função do instinto de autodefesa, eles se tornaram um antiestado¹²⁰.

Conforme ressaltam Howard e Hussain, a mídia digital teve um papel fundamental na Primavera Árabe, pois forneceu a estrutura fundamental para que o movimento alcançasse êxitos superiores às manifestações anteriores nesses países¹²¹.

As redes sociais *off-line* também exerceram um papel preponderante, pois facilitaram a disseminação de panfletos e informativos em locais periféricos digitalmente excluídos, assim como as formas tradicionais de reunião social e política nas mesquitas após as orações de sextas-feiras. Essa característica multimodal da comunicação autônoma quebrou as barreiras sociais de isolamento e gerou um senso de pertencimento do movimento, permitindo a união e

¹¹⁸ FERABOLLI, Sílvia. **Entre a revolução e o consenso: os rumos da Primavera Árabe**. Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 51, p. 101-109, jan./jun. 2012, p.108.

¹¹⁹ PUDDEPHATT, Andrew. **As revoluções árabes e a comunicação digital**. Revista de Política Externa, Jun/Jul/Ago 2011, vol. 20, p.21.

¹²⁰ CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança - Movimentos Sociais na Era da Internet**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013, p.84.

¹²¹ Howard & Hussain apud CASTELLS, 2013, p.83.

compartilhamento¹²². Além disso, a comunicação pelo Facebook, Youtube e Twitter, aliada à ocupação do espaço urbano, criou um espaço público híbrido de liberdade que se tornou uma das principais características da rebelião tunisiana, renunciando os movimentos que surgiram em outros países¹²³.

Nota-se então que essa característica híbrida foi essencial para a validação desse modelo de manifestação – estruturado digitalmente e organizado socialmente nas ruas – e representou o início de uma nova comunicação pautada na independência da mídia digital em relação à mídia tradicional. Vale ressaltar que

Esse tipo de comunicação significava que as hierarquias políticas tradicionais podiam ser evitadas – era possível reunir um enorme número de pessoas em poucos dias, ou até mesmo em horas – porque alguém conhecia alguém que conhecia alguém no Facebook, e as notícias se espalhavam por ali. Ao contrário das mídias tradicionais, as mídias digitais facilitaram uma comunicação coletiva e não hierárquica¹²⁴.

Vale destacar também que as mídias digitais permitiram um alto grau de organização política no sentido de fornecer estrutura para as organizações das manifestações. As plataformas das redes sociais também foram fundamentais para que as pessoas pudessem expressar sua solidariedade, tanto dentro do país como com outros países da região e do mundo. O fato de que as informações foram transmitidas pelos próprios cidadãos e não pelas redes de notícias nacionais e tradicionais foi particularmente eficaz¹²⁵.

Os levantes árabes foram digitalmente mediados, pois os cidadãos inspiraram-se em para protestar em diversas regiões e as tecnologias da informação mediaram essas inspirações, de tal modo que as revoluções seguiram-se uma à outra por semanas e os padrões adotados nas manifestações foram similares¹²⁶.

Em cada região, as manifestações foram organizadas de diversas formas na rede. Na Tunísia encontramos uma convergência significativa de três características distintas¹²⁷:

¹²²CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança - Movimentos Sociais na Era da Internet**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013, p.51.

¹²³ Idem., p.25.

¹²⁴ PUDDEPHATT, Andrew. **As revoluções árabes e a comunicação digital**. Revista de Política Externa, Jun/Jul/Ago 2011, vol. 20, p.21.

¹²⁵ Idem.; p.21.

¹²⁶ Howard & Hussain apud CASTELLS, 2013, p.83.

¹²⁷CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança - Movimentos Sociais na Era da Internet**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013, p.30.

1. A existência de um grupo ativo de desempregados com educação de nível superior, que liderou a revolta ignorando qualquer outra liderança formal e tradicional;
2. A presença de uma forte cultura de ciberativismo que se envolvera na crítica aberta ao regime por mais de uma década;
3. Uma taxa relativamente alta de difusão do uso da internet, incluindo conexões entre residências, escolas e cybercafés.

No Egito, as mídias digitais, as manifestações de rua, as ocupações de praças públicas e as reuniões de sexta-feira em torno de mesquitas, formaram redes multimodais espontâneas, amplamente sem lideranças, que realizaram a revolução egípcia¹²⁸. As redes de mídias sociais desempenharam um papel importante da revolução egípcia, pois foi através delas que manifestantes registraram os eventos e compartilharam vídeos e depoimentos por meio do Facebook e do YouTube.

Vale ressaltar que embora haja dúvidas na constatação do uso das mídias digitais pelos estudos que em geral tratam de explicar a Primavera Árabe, para alguns autores a relação dos levantes com as mídias digitais não foram determinantes para o desenvolvimento dos acontecimentos.

Silvia Feraboli destaca, entretanto, que é necessário esclarecer que o papel dessas redes sociais foi supervalorizado no decurso dos eventos. O estopim das manifestações não teve nada a ver com o ativismo online de uma pequena parcela da juventude árabe com acesso a tais tecnologias. Contudo, a autora acredita que as redes sociais serviram como fonte de encorajamento e informação no decorrer dos processos¹²⁹.

Outro autor que compartilha dessa opinião é Richard Haass, diplomata americano e presidente do Conselho para as Relações Externas dos EUA, que acredita que as redes sociais desempenharam um papel significativo, mas que houve exageros quanto ao papel desempenhado por essa tecnologia na Primavera Árabe. Para o autor, as mídias digitais estão longe de ter sido a primeira tecnologia desestabilizadora no cenário internacional, visto que em suas respectivas épocas, a

¹²⁸ Idem., p.49.

¹²⁹ FERABOLLI, Sílvia. **Entre a revolução e o consenso: os rumos da Primavera Árabe**. Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 51, p. 101-109, jan./jun. 2012, p.108.

imprensa, o telégrafo, o telefone, a rádio e a televisão estabeleceram desafios à ordem vigente¹³⁰.

Dessa forma, a internet foi fundamental para a Primavera Árabe no que concerne à disseminação das informações e organização entre os manifestantes. Entretanto, tais ponderações são necessárias, visto que redes sociais não causam revoluções, os principais responsáveis foram os cidadãos que lutaram por melhores condições de vida.

¹³⁰ HAASS, Richard. "**Reflection on the Revolution in Egypt**", in Council on Foreign Relations (org.), *The New Arab Revolt*. New York: Council on Foreign Relations, 115-119. 2011, p.115.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa propôs como objetivo analisar o papel da mídia, especificamente das mídias sociais, na Primavera Árabe, esperando fomentar novos estudos que abordem o papel da mídia nos assuntos internacionais, principalmente, assuntos de alto impacto que devem ser tratados por meio de pesquisas interdisciplinares. Para atingir esse objetivo, a pesquisa estruturou-se em três partes principais. A primeira abordou a teoria construtivista das Relações Internacionais em que se baseia essa pesquisa, pois oferece uma perspectiva da participação de outros atores na construção da realidade social.

A teoria construtivista das Relações Internacionais, embora não aborde diretamente o papel desempenhado pela mídia no cenário internacional, transmite claramente a percepção de que os agentes enquanto seres sociais são capazes de modificar a realidade social. Dessa forma, a partir do momento em que a estrutura na qual estão inseridos já não atendem às diversas demandas, os indivíduos, por meio de ferramentas adequadas para ações coletivas, tornam as mudanças no cenário internacional possíveis.

A segunda parte da pesquisa abordou o papel da mídia no cenário internacional e sua influência como um ator nas relações internacionais, podendo atuar como um ator controlador, constrangedor, interventor, instrumental ou conflituoso, dependendo do contexto inserido. Portanto, diferentemente dos outros atores das relações internacionais, a mídia não possui uma identidade fixa o que causa uma certa imprevisibilidade de sua conduta.

A terceira parte buscou compreender a Primavera Árabe no Egito, Líbia e Tunísia, além de analisar, a partir dos referenciais históricos, as motivações para as manifestações. Também analisamos como a mídia atuou durante as manifestações, assumindo diversas características em cada país.

Vale ressaltar que a pesquisa não pretende esgotar o debate sobre o assunto, visto que a Primavera Árabe é um fenômeno que ainda está em andamento e nessa monografia abordamos somente alguns países, os quais foram os primeiros a registrarem os levantes populares.

Para desenvolver a pesquisa, foram feitas as seguintes problematizações: qual a importância da mídia no cenário internacional e o peso do mesmo cenário em si? Há uma influência direta dos meios midiáticos nas Relações Internacionais?

Finalmente, de que forma a informação impacta na opinião pública a ponto de alterar a realidade política como ocorreu na Primavera Árabe?

A mídia e os meios de comunicação, em geral, transformaram-se em atores importantes das Relações Internacionais. Sua participação na dinâmica internacional aumenta cada vez mais o seu grau de influência perante aos outros autores do sistema internacional.

A partir da globalização e do advento das tecnologias de comunicação e informação, a mídia ganhou novas roupagens na medida em que se tornou mais influente internacionalmente. Além disso, a internet alterou a velocidade de transmissão das informações e com isso, a mídia digital exerce um papel preponderante tanto no que concerne a comunicação de massa quanto na formação da opinião pública, pois a mídia é essencial para a formação do discurso e disseminação de ideais políticos.

Reconhecendo o impacto da internet, os Estados buscam cada vez mais formas de regulamentar os meios digitais para o efetivo controle das informações. No entanto, cresce o consenso tanto no meio acadêmico quanto na sociedade civil de que uma internet aberta e democrática é a melhor solução para o desenvolvimento das tecnologias digitais.

No contexto da Primavera Árabe, podemos concluir que a internet proporcionou a organização estrutural das manifestações. Entretanto, não nos cabe responsabilizá-la pela autoria do movimento, tendo em vista que a tecnologia foi utilizada somente para a transmissão de informações e criação de redes on-line. É válido ressaltar aqui que não menosprezamos o papel da comunicação digital nos levantes árabes, porém, buscamos amenizar a responsabilidade erroneamente atribuída à internet nesse contexto.

Durante as manifestações, a interferência não só dos Estados como também da mídia estrangeira foi visível, essencialmente na defesa dos interesses dos países ocidentais, pois conforme demonstrado ao longo da monografia, a mídia alterou diversas informações a fim de justificar a intervenção de outros países, como foi no caso da Líbia.

Além disso, as bases políticas pré-existentes em cada país foi fundamental para o “sucesso” da Primavera Árabe. Na Líbia, ao contrário do Egito e da Tunísia, não possuía precursores para transformar a situação do país em um movimento

social, devido à falta de representatividade política para o seu desenvolvimento, assim, a situação do país ainda é instável.

A Primavera Árabe veio para enfatizar que os novos agentes das Relações Internacionais estão cada vez mais presentes em um ambiente que antes fora dominado pelo modelo de Westfália. Logo, o papel da mídia não pode ser ignorado pelo meio acadêmico, pois a mídia é um agente internacional que possui grande poder no cenário político e internacional.

REFERÊNCIAS

ADLER, Emmanuel. “**O construtivismo no estudo das relações internacionais**”. Lua Nova, n.47, p. 201 – 246, 1999.

_____. **Constructivism and International Relations**. in Carlnaes Walter, Thomas Risse and Beth A. Simmons (eds) Handbook of International Relations, Sage Publications: London, 2006.

ALANDETE, David. **El País**. Brasil, jan. 2014. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/01/14/internacional/1389686920_866973.html>. Acesso em: 10 nov. 2015.

ASSOCIATED PRESS. **Após a Primavera, Tunísia aprova a mais moderna Constituição árabe**. Folha de São Paulo. Túnis, 26 jan. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/01/1403269-apos-a-primavera-tunisia-aprova-a-mais-moderna-constituicao-arabe.shtml>>. Acesso em: 20 out. 2015.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A Segunda Guerra Fria: Geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos: das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio**. Editora José Olympio, 2013.

BBC. **Líbia vive caos com 2 governos, 1.700 milícias e avanço do Estado Islâmico**. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150129_libia_caos_ei_fn>. Acesso em: 29 jan. 2015.

BRIGGS, Asa & BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. Tradução Maria Carmelita Pádua Dias. 2ª ed. rev. e ampl. 376pp.

CAMARGO, Julia Faria. **Mídia e Relações Internacionais: lições da invasão do Iraque em 2003**. Curitiba: Juruá, 2009.

CHARAUDEAU, Patrick. **O discurso da mídia: Para uma nova análise de Discurso**. In: CARNEIRO, Dias. (org). O Discurso da Mídia. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1996.

CASQUEIRO, Javier. **Tunísia elege um presidente laico e completa a transição à democracia**. El País. Brasil. dez. 2014. Disponível em:

<http://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/22/internacional/1419254452_099997.html>. Acesso em: 13 nov. 2015.

CASTELLS, Manuel. **Communication power**. Oxford: Oxford University Press. 2009.

_____. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra. 2000. 532 p.

_____. **A galáxia da internet**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2003. 244 p.

_____. **Redes de Indignação e Esperança - Movimentos Sociais na Era da Internet**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013. 276 p.

COSTA, Renatho. **Mais uma primavera histórica: os árabes plantam flores nos desertos**. Revista Conjuntura Austral, Porto Alegre, v. 2, n. 5, p. 15-25, 2011.

DEUTSCHE WELLE. **Presidente da Tunísia cede à pressão popular e deixa o governo**. 2011. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt/presidente-da-tunisia-cede-a-pressao-popular-e-deixa-o-governo/a-14767690>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

EAGLETON, Terry. 1991. **Ideology, an introduction**. Oxford: Verso.

ESTADÃO. **Quatro décadas de ditadura na Líbia**. São Paulo. fev. 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/infograficos/quatro-decadas-de-ditadura-na-libia,internacional,234864>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

FERABOLLI, Sílvia. **Entre a revolução e o consenso: os rumos da Primavera Árabe**. Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 51, p. 101-109, jan./jun. 2012.

FREITAS, Renata Suely de. **Identidade, imagem e ética na comunicação política**. Revista de C. Humanas, Viçosa, v. 9, n. 2, p. 177-190, jul./dez. 2009.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GILBOA, Eytan. **Global Communication and Foreign Policy**. Journal of Communication. Volume 2, número 4: Dezembro de 2002.

GOMES, Aureo T. **Análise do Discurso e Relações Internacionais: Duas Abordagens**. Revista Política Hoje, América do Norte, 20, mar. 2012. Disponível

em: <<http://www.revista.ufpe.br/politica/hoje/index.php/politica/article/view/109/96>>. Acesso em: 16out. 2015.

GOMES, Chiara A. **A primavera árabe e as lembranças de 1848**. L(E)A, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://estudoshumanos.com/wp-content/uploads/2011/05/1-28-30.pdf>>. Acesso em: 08 nov 2015.

GÓMEZ, Juan. **O Egito vota entre a resignação e o medo**. El País. Brasil, maio 2014. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/05/25/internacional/1401048030_746028.html>. Acesso em: 10 nov. 2015.

GRESH, Alain. **Em busca da soberania: O que muda com o despertar árabe**. Le Monde Diplomatique. 14 de setembro de 2011. Disponível em: <https://www.diplomatique.org.br/edicoes_especiais_artigo.php?id=34>. Acesso em: 10 nov. 2015.

HAASS, Richard. **"Reflection on the Revolution in Egypt"**, in Council on Foreign Relations (org.), The New Arab Revolt. New York: Council on Foreign Relations, 115-119. 2011.

HOROVITZ, David. **"A Mass Expression of Outrage Against Injustice"**, jornal The Jerusalem Post. Disponível em: <<http://www.jpost.com/Opinion/Columnists/A-mass-expression-of-outrage-against-injustice>>. Acesso em: 08 nov 2015.

JOFFE, George. **"A Primavera Árabe no Norte de África: Origens e Perspectivas de Futuro"**. Relações Internacionais n.º 30, 2011, pp. 85-116.

KANDIL, H. **A revolta no Egito**. Novos Estudos, [S.l.], n. 91, pp. 155-193, 2011. Trad. Alexandre Morales. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n91/a09n91.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2015.

KAPLAN, A.; HAENLEIN, M. **Users of the world, unite! The challenges and opportunities of social media**. Business Horizons, v. 53, n. 1, 2010.

KEMPF, Raphael. **Revolução social? Raízes operárias da revolta egípcia**. Le Monde Diplomatique. 14 de setembro de 2011. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/edicoes_especiais_artigo.php?id=38>. Acesso em: 20 set .2015.

KRATOCHWIL, Friedrich. **Constructivism as an Approach to Interdisciplinary Study**. In FIERKE & JORGENSEN (eds.). *Constructing International Relations: the next generations*. Londres, M.E. Sharpe, 2001.

_____. **Rules, norms, and decisions: on the conditions of practical and legal reasoning in international relations and domestic affairs**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

LIMA, Venicio Artur. **Mídia: teoria e política**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

LUZ, Camila Antunes da. **A PROPAGAÇÃO DA DEMOCRACIA NA PRIMAVERA ÁRABE: A INFLUÊNCIA DOS FATORES INTERNACIONAIS NA DIFUSÃO DA DEMOCRATIZAÇÃO NA TÚNISIA, NO EGITO E NA LÍBIA**. 2014. 64 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <[https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/128075/Monografia da Camila Luz.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/128075/Monografia%20da%20Camila%20Luz.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 14 nov. 2015.

MARINUCCI, Raquel Boing. **Relações Internacionais e mídia**. Revista Universitas Relações Internacionais.: volume 6, número 1, 2008. Disponível em: <<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/relacoesinternacionais/articloe/view/836>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

MATTELART, Armand. **Comunicação mundo: história das ideias e das estratégias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MCNAIR, Brian. **Politics, democracy and the media / The media as political actor**. An Introduction to Political Communication. 2 Ed, Editora Routledge. Nova York, 1999.

MIGUEL, Luis F. **Um ponto cego nas teorias da democracia: os meios de comunicação**. BIB, Rio de Janeiro, n. 49, p. 51-77, Jan./Jun. 2000.

_____. **Os Meios de Comunicação e a Prática Política**. Lua Nova Revista de Cultura e Política. Números 55-56, 2002, pp. II 27-40

MORAES, Dênis (Org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **O ativismo digital**. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/moraes-denis-ativismo-digital.html>>. Acesso em: 17 out.2015.

NOGUEIRA, Joao Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. São Paulo: Elsevier - Campus, 2005.

ONUF, Nicholas. **Constructivism: a user's manual**. In. KUBÁLKOVÁ, Vendulka; ONUF, Nicholas; KOWERT, Paul (ed.): *International relations in a constructed World*. Armonk, NY: M.E. Sharpe, 1998.

_____. **World of our Making: The strange career of constructivism in international relations**. P. 119-138 Columbia, University of South Carolina Press, 1989.

OLIVEIRA, Rafael Santos de. **A mídia como ator emergente das Relações Internacionais: seu protagonismo no uso do soft power frente aos desafios das mudanças climáticas**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

PUDDEPHATT, Andrew. **As revoluções árabes e a comunicação digital**. Revista de Política Externa, Jun/Jul/Ago 2011, vol. 20.

RES/1970 (2011) – Conselho de Segurança das Nações Unidas. Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1970\(2011\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1970(2011)). Acesso em: 13 nov. 2015.

ROCHE, Alexandre. **Tensões da Primavera do mundo árabe--sunita: entre o wahhabismo conservador e o espírito crítico, entre a política do petróleo e a independência econômica**. Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 51, p. 47-56, jan./jun. 2012

SARFATI, Gilberto. **Teorias de relações internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SCHIOCCHET, Leonardo. **EXTREMO ORIENTE MÉDIO, ADMIRÁVEL MUNDO NOVO: A CONSTRUÇÃO DO ORIENTE MÉDIO E A PRIMAVERA ÁRABE**. Revista Tempo do Mundo, Brasília, v. 3, n. 2, p.37-82, ago. 2011. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/rtm/120822_rtmv3_portugues02_cap4.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2015.

SCHRAEDER, P. J.; REDISSI, H. **Ben Ali's Fall**. Journal of Democracy, [S.l.], v. 22, n. 3, p. 05-19, 2011.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis., Vozes, 1998.

TUFTE, Thomas. **O renascimento da Comunicação para a transformação social: redefinindo a disciplina e a prática depois da Primavera Árabe**. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 61-90, 2013.

VALENTE, Leonardo. **Política externa na era da informação: o novo jogo do poder, as novas diplomacias e a mídia como instrumentos de Estado nas Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Revan, 2007. p. 21-22.

VISENTINI, Paulo Fagundes et al. **O Verão Árabe: guerra civil e intervenção internacional na Líbia, Síria e Iêmen**. Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 51, p.57-79, jan. 2012. Semestral. Disponível em: <seer3.fapa.com.br/index.php/arquivos/article/view/137>. Acesso em: 13 nov. 2015.

WENDT, Alexandre. **Teoria Social da Política Internacional**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2014. 536 p.

WENDZEL, Robert L. **Relações Internacionais: o enfoque do formulador de políticas**. Tradução de João de Oliveira Dantas, Julio Galvez e Pantaleão Soares de Barros. Brasília: Universidade de Brasília, 1985.

WHITEHEAD, Andrew. **Para Hobsbawm, protagonismo da classe média marca revoltas de 2011**. dez, 2011. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/12/111223_hobbsbawm_2011_class_e_media_bg.shtml>. Acesso em: 14 nov. 2015.

WOLF, Mauro. **Teoria das Comunicações de Massa**. Tradução Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2003.